



INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES  
Avenida Professor Lineu Prestes, 2242, - Bairro Cidade Universitária, São Paulo/SP, CEP 05508-000  
Telefone: 11 31339100 - - <http://www.ipen.br>

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2023**

Processo nº 01342.001492/2023-47

**CONTRATANTE (UASG)**

113202 - Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares

**OBJETO**

Contratação do serviço de Seguro Automotivo para frota do IPEN-CNEN

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

R\$ 87.657,17

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**Dia **21/11/2023 (3ª Feira) às 09:30h** (horário de Brasília)**Critério de Julgamento:**

Menor Preço

**Modo de disputa:**

Aberto

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

NÃO



Baixe o  
APP [Compras.gov.br](https://compras.gov.br) e  
apresente a sua  
proposta!



Baixe o Edital

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2023**

Torna-se público que a **COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR**, por meio do **INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES IPEN-CNEN**, UASG nº **113202** (Serviço de Gestão de Contratações Nacional - SEGCM), sediada na [Avenida Lineu Prestes, nº 2242, ADM 2º andar – Bairro Butantã, São Paulo/SP – CEP 05.508-000](#), realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 01/04/2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1 - DO OBJETO**

**1.1** - O objeto da presente licitação é a prestação do **serviço de seguro total de veículos da frota do IPEN/CNEN, com cobertura de riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada, bem como cobertura compreensiva (colisão, incêndio e roubo) e ainda, cobertura a terceiros contra danos materiais e danos pessoais por passageiros, com assistência 24 horas**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1.2** - A licitação será realizada em **grupo único**, formados por 2 (dois) itens, conforme tabela constante no **Termo de Referência nº 41/2023**, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

**3 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**3.1** - Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no [Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF](#) e no Sistema de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/>).

**3.1.1** - Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no [SICAF](#) até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**3.2** - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.3** - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**3.4** - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**3.5** - Para todos os itens, **é vedada a participação de empresas não enquadradas na forma de Sociedade Anônima - S/A** - [Lei nº 6.404, de 15/12/1976](#), por se tratar de objeto de licitação para **contratação de tenha sido autorizado pelo órgão supervisor de seguros para realizar operações de seguro e cosseguro**.

**3.6** - Não será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 01/04/2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006](#), do [Decreto nº 8.538, de 06/10/2015](#), e [§ único do art. 24 do Decreto Lei nº 73, de 21/11/1966](#).

**3.7 - Não poderão disputar esta licitação:**

**3.7.1** - aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**3.7.2** - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**3.7.3** - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**3.7.4** - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**3.7.5** - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**3.7.6** - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15/12/1976](#), concorrendo entre si;

**3.7.7** - pessoa física ou jurídica que, nos **5 (cinco) anos** anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**3.7.8** - agente público do órgão ou entidade licitante;

**3.7.9** - pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

**3.7.10** - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**3.7.11** - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**3.7.12** - pessoa física ou jurídica **que não seja constituída na forma de Sociedade Anônima - S/A** ([Lei nº 6.404, de 15/12/1976](#)) como Seguradora, subcrevendo riscos de coisas, pessoas, bens, responsabilidades, obrigações, direitos e garantias, e que, atendendo às exigências previstas no [Decreto Lei nº 73, de 21/11/1966](#), e nas normas aplicáveis à atividade de seguro e cosseguro emitidas pelo CNSP e pela [SUSEP \(em especial a Resolução CNSP nº 422, de 11/11/2021, e a Circular SUSEP nº 529, de 25/02/2016\)](#), tenha sido autorizado pelo [órgão supervisor](#) de seguros para realizar operações de seguro e cosseguro.

**3.8** - O impedimento de que trata o **item 3.7.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**3.9** - A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 3.7.2 e 3.7.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**3.10** - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**3.11** - O disposto nos **itens 3.7.2 e 3.7.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**3.12** - Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

**3.13** - A vedação de que trata o **item 3.7.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### 4 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

**4.1** - Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**4.2** - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**4.3** - Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos **itens 8.1.1 e 8.13.1** deste Edital.

**4.4** - No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**4.4.1** - está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**4.4.2** - não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

**4.4.3** - não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos [III](#) e [IV](#) do [art. 1º](#) e no [inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

**4.4.4** - cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**4.5** - O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**4.6** - A falsidade da declaração de que trata o **item 4.4** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

**4.7** - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**4.8** - Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**4.9** - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**4.10** - Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**4.10.1** - a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**4.10.2** - os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**4.11** - O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**4.11.1** - valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**4.11.2** - percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**4.12** - O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 4.10** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**4.13** - Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**4.14** - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### 5 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

**5.1** - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**5.1.1** - Valor unitário e anual total do item;

**5.1.2** - O valor estimado para a **cobertura das Franquias (Item 2)** do grupo acima citado é fixo e independente de valor de lance ofertado, foi estimado em **25% (vinte e cinco por cento) do preço total do item 1**. Não serão objeto de formulação de preços e lances pelos licitantes, uma vez que sua finalidade é eminentemente operacional e relacionada a execução orçamentária e financeira do órgão, particularmente nas atividades vinculadas a empenho, liquidação e pagamento de despesas.

**5.2** - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**5.2.1** - O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

**5.3** - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**5.4** - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**5.5** - Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**5.6** - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**5.7** - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**5.7.1** - O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

**5.7.2** - Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

**5.7.3** - Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no **item 4.9**.

**5.8** - O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**6.1** - A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**6.2** - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**6.3** - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**6.4** - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**6.5** - O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

**6.6** - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**6.7** - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**6.8** - O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,01% (um centésimo percentual)**.

**6.9** - O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**6.10** - O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

**6.11** - Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**6.11.1** - A etapa de lances da sessão pública terá duração de **dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **dois minutos** do período de duração da sessão pública.

**6.11.2** - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de **dois minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**6.11.3** - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**6.11.4** - Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos **5% (cinco por cento)**, o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**6.11.5** - Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**6.12** - Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

**6.12.1** - A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de **quinze minutos**. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até **dez minutos**, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**6.12.2** - Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até **10% (dez por cento)** superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até **cinco minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**6.12.3** - No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

**6.12.4** - Não havendo pelo menos **três ofertas** nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de **três**, oferecer um lance final e fechado em até **cinco minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

- 6.12.5** - Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13** - Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**fechado e aberto**”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até **10% (dez por cento)** superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 6.13.1** - Não havendo pelo menos **3 (três) propostas** nas condições definidas no **item 6.13**, poderão os licitantes que apresentaram as **três** melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 6.13.2** - A etapa de lances da sessão pública terá duração de **dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **dois minutos** do período de duração da sessão pública.
- 6.13.3** - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de **dois minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13.4** - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.13.5** - Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos **5%** (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.13.6** - Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.14** - Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15** - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16** - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17** - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18** - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas **vinte e quatro horas** da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19** - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20** - Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.20.1** - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.20.1.1** - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.20.1.2** - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.20.1.3** - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.20.1.4** - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.20.2** - Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.20.2.1** - empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 6.20.2.2** - empresas brasileiras;
- 6.20.2.3** - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.20.2.4** - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29/12/2009.
- 6.21** - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.21.3** - A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.21.4** - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.21.5** - O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.21.6** - O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.21.7** - É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.22** - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7 - DA FASE DE JULGAMENTO

**7.1** - Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no **item 3.7** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**7.1.1** - Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF;

**7.1.2** - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e



**7.1.3** - Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**7.2** - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12](#) da [Lei nº 8.429, de 1992](#).

**7.3** - Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018](#), art. 29, caput)

**7.3.1** - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018](#), art. 29, §1º).

**7.3.2** - O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018](#), art. 29, §2º).

**7.3.3** - Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**7.4** - Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**7.5** - Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em **primeiro lugar** quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35](#) da [Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30/09/2022](#).

**7.6** - Será desclassificada a proposta vencedora que:

**7.6.1** - conter vícios insanáveis;

**7.6.2** - não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**7.6.3** - apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**7.6.4** - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**7.6.5** - apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**7.7** - No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a **50%** (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**7.7.1** - A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

**7.7.1.1** - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**7.7.1.2** - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**7.8** - Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**7.9** - Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**7.9.1** - Em se tratando de serviços de **seguro automotivo**, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

**7.10** - Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

**7.10.1** - O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**7.10.2** - Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do [Simples Nacional](#), quando não cabível esse regime.

**7.11** - Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**7.12** - Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

**7.13** - Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

**7.14** - Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**7.15** - No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

**7.16** - Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## 8 - DA FASE DE HABILITAÇÃO

**8.1** - Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70](#) da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

**8.1.1** - A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no [Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF](#).

**8.2** - Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**8.3** - Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de](#)

[29/01/2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**8.4** - Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

**8.5** - Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**8.6** - Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**8.7** - O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**8.8** - Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

**8.8.1** - O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado antecipadamente a **72 (setenta e duas) antes da vistoria a ser realizada e só deverá acontecer até 48 (quarenta e oito) horas antes do início do certame**, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

**8.8.1.1** - As licitantes interessadas poderão vistoriar os veículos a serem segurados. A vistoria deverá ser marcada previamente por intermédio do telefone **(11) 2810-1573** ou **(11) 99781-5751 - Sr. Marcos** – E-mail: [msilveira@ipen.br](mailto:msilveira@ipen.br) e realizada na respectiva **DINFR - Divisão de Infraestrutura / Transportes & Logística**, do IPEN – Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares, UASG nº 113202, CNPJ nº 00.402.552/0005-50, sito na [Av. Prof. Lineu Prestes, 2242 – Cidade Universitária, Butantã, São Paulo/SP – CEP 05508-000](#).

**8.8.2** - Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

**8.9** - A habilitação será verificada por meio do [SICAF](#), nos documentos por ele abrangidos.

**8.9.1** - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018](#), art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

**8.10** - É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no [SICAF](#) e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018](#), art. 7º, caput).

**8.10.1** - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018](#), art. 7º, parágrafo único).

**8.11** - A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**8.11.1** - Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no [SICAF](#) serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

**8.11.2** - Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no **§ 1º do art. 36** e no **§ 1º do art. 39** da [Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30/09/2022](#).

**8.12** - A verificação no [SICAF](#) ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**8.12.1** - Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**8.12.2** - Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

**8.13** - Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021](#), art. 64, e [Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30/09/2022](#), art. 39, §4º):

**8.13.1** - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**8.13.2** - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**8.14** - Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**8.15** - Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no **subitem 8.11.1**.

**8.16** - Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**8.17** - Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 9 - DOS RECURSOS

**9.1** - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165](#) da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

**9.2** - O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**9.3** - Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- 9.3.1** - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 9.3.2** - o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **10 (dez) minutos**.
- 9.3.3** - o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 9.3.4** - na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17](#) da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 9.4** - Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 9.5** - O **recurso** será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua **decisão** no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.
- 9.6** - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.7** - O prazo para apresentação de **contrarrazões** ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.8** - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.9** - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.10** - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://sei.cnem.gov.br/>.

## 10 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 10.1** - Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 10.1.1** - deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) pregoeiro(a) durante o certame;
- 10.1.2** - Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 10.1.2.1** - não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 10.1.2.2** - recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 10.1.2.3** - pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 10.1.2.4** - deixar de apresentar amostra;
- 10.1.2.5** - apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 10.1.3** - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.3.1** - recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 10.1.4** - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
- 10.1.5** - fraudar a licitação.
- 10.1.6** - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 10.1.6.1** - agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 10.1.6.2** - induzir deliberadamente a erro no julgamento; e
- 10.1.6.3** - apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 10.1.7** - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 10.1.8** - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º](#) da [Lei nº 12.846, de 2013](#).
- 10.2** - Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 10.2.1** - **Advertência**;
- 10.2.2** - **Multa**;
- 10.2.3** - **Impedimento de licitar e contratar**; e
- 10.2.4** - **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.3** - Na aplicação das sanções serão considerados:
- 10.3.1** - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 10.3.2** - as peculiaridades do caso concreto;
- 10.3.3** - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 10.3.4** - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 10.3.5** - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.4** - A multa será recolhida em percentual de **0,5% a 30%** incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.
- 10.4.1** - Para as infrações previstas nos **itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3**, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato lícitado.
- 10.4.2** - Para as infrações previstas nos **itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8**, a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato lícitado.
- 10.5** - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 10.6** - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.



**10.7** - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos **itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de **3 (três) anos**.

**10.8** - Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos **itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos **itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º](#), da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

**10.9** - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no **item 10.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do **art. 45, §4º** da [Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30/09/2022](#).

**10.10** - A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**10.11** - Caberá recurso no prazo de **15 (quinze) dias úteis** da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**10.12** - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contado do seu recebimento.

**10.13** - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**10.14** - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## 11 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

**11.1** - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

**11.2** - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até **3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**11.3** - A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: **I)** através de requerimento (formato **\*.pdf**) encaminhado aos e-mail's [atsantos@ipen.br](mailto:atsantos@ipen.br) e [jramos@ipen.br](mailto:jramos@ipen.br), assinado digitalmente na plataforma [Assinatura Eletrônica do GOV.BR](#) pelo representante da empresa licitante.

**11.4** - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**11.4.1** - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**11.5** - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 12 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**12.1** - Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**12.2** - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**12.3** - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**12.4** - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**12.5** - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**12.6** - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**12.7** - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**12.8** - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**12.9** - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**12.10** - O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas ([PNCP](#)) e endereço eletrônico [http://comprasnet.gov.br/ConsultaLicitacoes/ConsLicitacao\\_Filtro.asp](http://comprasnet.gov.br/ConsultaLicitacoes/ConsLicitacao_Filtro.asp) através da UASG nº 113202.

**12.11** - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**12.11.1** - ANEXO I - Termo de Referência;

**12.11.1.1** - Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

**12.11.2** - ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato; e

**12.11.3** - ANEXO III – Modelo de Proposta Comercial.



Documento assinado eletronicamente por **Isolda Costa, Diretor(a) de Unidade, Substituto(a)**, em 30/10/2023, às 18:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e no §1º do art. 7º da Portaria PR/CNEN nº 80, de 28 de dezembro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.cnem.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.cnem.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2155391** e o código CRC **2F913172**.

#### ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

#### TERMO DE REFERÊNCIA Nº 41/2023 (SEI Nº 2116611)

**APÊNDICE DO ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 157/2022 (SEI Nº 2116616)**

## ANEXO II – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇOS Nº **41/2023**, QUE FAZEM ENTRE SI A COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR - CNEN, POR INTERMÉDIO DO INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES IPEN/CNEN E A EMPRESA **[REDACTED]**

A COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR - CNEN, Autarquia Federal criada pela [Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962](#), alterada pela [Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974](#), com a redação dada pela [Lei nº 7.781, de 27 de junho de 1989](#), vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, consoante [alínea "b" do inciso vi do artigo único do Anexo ao Decreto nº 11.401, de 23 de janeiro de 2023](#), com sede à Rua General Severiano, nº 90, no Município e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 00.402.552/0001-26, por intermédio do INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES - IPEN, Autarquia do Estado de São Paulo, gerido tecnicamente e administrativamente pela CNEN, em conformidade com Convênio celebrado em 31 de maio de 2012 com o Governo do Estado de São Paulo (DOU 25/07/2012), estabelecido à Av. Prof. Lineu Prestes, 2.242 - Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira", Butantã, no Município e Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ sob o nº 00.402.552/0005-50 e Inscrição Estadual nº 110.670.880.110, neste ato representado pela sua **Diretora Substituta de Unidade Administrativa de Órgão Conveniado da CNEN, Drª. ISOLDA COSTA**, Engenheira Química, casada, brasileira, Carteira de Identidade nº **[REDACTED]**, Órgão Expedidor SSP/SP, CPF nº 044.130.418-4 residente e domiciliada na **[REDACTED]**, nº 63, Altos de São Fernando, Jandira/SP - CEP: **[REDACTED]**, no uso das atribuições e competências que lhe são conferidas pela [Portaria MCTI nº 306, de 08/04/2021, publicada no D.O.U. nº 67, página 8, Seção 2, em 12/04/2021, do Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações](#), pela [Portaria CNEN nº 88, de 17/12/2012, publicada no D.O.U. nº 243, página 6, Seção 1, em 18/12/2012](#), e pela [Portaria CNEN nº 34, de 30/06/2014, publicada no D.O.U. nº 124, página 16, Seção 1, em 02/07/2014](#), respectivamente do Senhor Presidente Substituto e do Senhor Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, doravante designado **IPEN/CNEN**, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **[REDACTED]** inscrita no CNPJ sob nº **[REDACTED]**, sediado(a) na **[REDACTED]**, nº **[REDACTED]**, **[REDACTED]**, **[REDACTED]**/UF - CEP: **[REDACTED]**, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr(a) **[REDACTED]**, portador(a) da Carteira de Identidade nº **[REDACTED]**, expedida pela (o) **[REDACTED]**/UF, e CPF nº **[REDACTED]**, tendo em vista o que consta no Processo nº **01342.001492/2023-47** e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do [Pregão Eletrônico nº 029/2023](#), mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

## CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de **seguro total de veículos da frota do IPEN/CNEN, com cobertura de riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada, bem como cobertura abrangente (colisão, incêndio e roubo) e ainda, cobertura a terceiros contra danos materiais e danos pessoais por passageiros, com assistência 24 horas**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** - Objeto da contratação:

Item	Especificação	Código Catálogo	Unidade de medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Seguro para a frota de veículos oficiais do IPEN - Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza, e assistência 24 horas, e serviço de monitoramento por meio de rastreamento em tempo real de 23 dos 29 veículos.	22764	Serviço	1	R\$ <b>[REDACTED]</b>	R\$ <b>[REDACTED]</b>
2	Franquia de casco e vidros de seguro total para veículos	22764	Serviço	1	R\$ 17.531,43	R\$ 17.531,43

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA** - Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

**1.3.1** - O Termo de Referência nº **41/2023** - SEI nº 2116611;

**1.3.2** - O Edital de Pregão Eletrônico nº **029/2023** - SEI nº **[REDACTED]**;

**1.3.3** - A Proposta do contratado - SEI nº **[REDACTED]**;

**1.3.4** - Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da assinatura do contrato, na forma do [artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** - O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO ([art. 92, V](#))

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - O valor total da contratação é de R\$ **[REDACTED]**.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA** - O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

**CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO** ([art. 92, V](#) e [VI](#))

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE** ([art. 92, V](#))

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **\_\_/\_\_/2023**(DD/MM/AAAA).

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** - Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice [FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas](#), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA** - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**SUBCLÁUSULA QUARTA** - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**SUBCLÁUSULA QUINTA** - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**SUBCLÁUSULA SEXTA** - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**SUBCLÁUSULA SÉTIMA** - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**SUBCLÁUSULA OITAVA** - O reajuste será realizado por apostilamento.

**CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE** ([art. 92, X, XI](#) e [XIV](#))

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - São obrigações do Contratante:

**8.1.1** - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

**8.1.2** - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**8.1.3** - Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

**8.1.4** - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

**8.1.5** - Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143](#) da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

**8.1.6** - Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

**8.1.7** - Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

**8.1.8** - Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

**8.1.9** - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**8.1.9.1** - A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**8.1.10** - Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **30 (trinta) dias**.

**8.1.11** - Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**8.1.12** - Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do [art. 93, §2º](#), da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

**8.1.13** - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO** ([art. 92, XIV, XVI](#) e [XVII](#))

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**9.1.1** - Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

**9.1.1.1** - A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

**9.1.2** - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**9.1.3** - Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;



**9.1.4** - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**9.1.5** - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#)), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

**9.1.6** - Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único](#), da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

**9.1.7** - Quando não for possível a verificação da regularidade no [Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF](#), o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia **trinta do mês seguinte** ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: **1)** prova de regularidade relativa à Seguridade Social; **2)** certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; **3)** certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; **4)** Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e **5)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**9.1.8** - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inatendimento não transfere a responsabilidade ao Contratante;

**9.1.9** - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

**9.1.10** - Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

**9.1.11** - Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**9.1.12** - Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

**9.1.13** - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

**9.1.14** - Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres.

**9.1.15** - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**9.1.16** - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

**9.1.17** - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

**9.1.18** - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

**9.1.19** - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**9.1.20** - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d](#), da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

**9.1.21** - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14/08/2018](#) (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º](#) da LGPD.

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA** - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**SUBCLÁUSULA QUARTA** - A Administração deverá ser informada no prazo de **5 (cinco) dias úteis** sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

**SUBCLÁUSULA QUINTA** - Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15](#) da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16](#) da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**SUBCLÁUSULA SEXTA** - É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**SUBCLÁUSULA SÉTIMA** - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

**SUBCLÁUSULA OITAVA** - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

**SUBCLÁUSULA NONA** - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**SUBCLÁUSULA DÉCIMA** - Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, [art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

**10.10.1** - Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

**SUBCLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**SUBCLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26](#) da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO** ([art. 92, XII](#))

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS** ([art. 92, XIV](#))

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º](#) da [Lei nº 12.846, de 2013](#).

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º](#), da [Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º](#), da [Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º](#), da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

- (1) Moratória de **0,2% (dois décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **16 (dezesesseis) dias**;
- (2) Moratória de **0,2 (dois décimos por cento)** do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de **3,2% (três inteiros e dois décimos por cento)**, pela inobservância do prazo fixado para apresentação da **Apólice de Seguro**.
- a. O atraso superior a **16 (dezesesseis) dias** autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do art. 137](#) da [Lei nº 14.133, de 01/04/2021](#).
- (3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de **0,2% a 3,2%** do valor do Contrato.
- (4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de **0,2% a 3,2%** do valor do Contrato.
- (5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de **0,2% a 3,2%** do valor do Contrato.
- (6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de **0,2% a 3,2%** do valor do Contrato.

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA** - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º](#), da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**SUBCLÁUSULA QUARTA** - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º](#), da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**12.4.1** - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação ([art. 157](#), da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**SUBCLÁUSULA QUINTA** - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º](#), da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**SUBCLÁUSULA SEXTA** - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**SUBCLÁUSULA SÉTIMA** - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158](#) da [Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**SUBCLÁUSULA OITAVA** - Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º](#), da [Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**SUBCLÁUSULA NONA** - Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

**SUBCLÁUSULA DÉCIMA** - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160](#), da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**SUBCLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - O Contratante deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(CEIS\)](#) e no [Cadastro Nacional de Empresas Punidas \(CNEP\)](#), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161](#), da [Lei nº 14.133, de 2021](#))

**SUBCLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163](#) da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

**SUBCLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** - Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13/04/2022](#).

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA** - Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**SUBCLÁUSULA QUARTA** - O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137](#) da [Lei nº 14.133, de 2021](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**13.4.1** - Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos [138](#) e [139](#) da mesma Lei.

**13.4.2** - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**13.4.2.1** - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**SUBCLÁUSULA QUINTA** - O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

**13.5.1** - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**13.5.2** - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**13.5.3** - Indenizações e multas.

**SUBCLÁUSULA SEXTA** - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput](#), da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**SUBCLÁUSULA SÉTIMA** - O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau ([art. 14, inciso IV](#), da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

**I. Gestão/Unidade: 11501/113202**

**II. Fonte de Recursos: 100**

**III. Programa de Trabalho: 168744**

**IV. Elemento de Despesa: 339039-69 - Seguros em Geral**

**V. Plano Interno: 24780000013**

**VI. Nota de Empenho: 2023NE**  

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990](#) - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes](#) da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** - O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato.

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA** - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de **1 (um) mês** ([art. 132](#) da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**SUBCLÁUSULA QUARTA** - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136](#) da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no [Portal Nacional de Contratações Públicas \(PNCP\)](#), na forma prevista no [art. 94](#) da [Lei nº 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 91, caput](#), da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, §2º](#), da [Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V](#), do [Decreto nº 7.724, de 2012](#).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO** ([Art. 92, §1º](#))

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - Fica eleito o Foro da Justiça Federal em São Paulo, Seção Judiciária de São Paulo para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º](#), da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

#### **ISOLDA COSTA**

Diretora Substituta de Unidade Administrativa de Órgão Conveniado  
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES  
COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR  
IPEN-CNEN

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

## ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

## 1 - APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

**1.1** - A empresa ..... inscrita no CNPJ sob nº ....., estabelecida na ....., de acordo com as condições estabelecidas no Pregão Eletrônico nº **029/2023** (UASG 113202), apresenta proposta conforme a descrição abaixo, as quais analisamos com as cláusulas e condições estipuladas no Edital e de seus anexos, com os quais concordamos plenamente, vimos apresentar a nossa proposta.

## 2 - PLANILHA DE PREÇO

**2.1** - O valor global fornecimento de **seguro para a frota de veículos oficiais do IPEN - Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza, e assistência 24 (vinte e quatro) horas, em regime de empreitada por preço unitário, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas, é de R\$ .....(.....)**, conforme a detalhamento a seguir:

Item	Especificação (resumida)	Qtd	Bônus	Sinistro	Casco	Nº Passageiros	RCF		APP		Franquia (Limite Máximo)	PREÇO ESTIMADO	
							Danos Materiais	Danos Pessoais	Morte	Invalidez		Prêmio Unitário	Total de item (até)
1	FORD, Modelo F 1000; Placa BRZ2926; Ano 1994/1994	1	0	Não	100% da Tabela FIPE	2	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....,...	R\$ .....,...
2	FORD, Modelo F14000; Placa BSV4988; Ano 1988/1988	1	0	Não	100% da Tabela FIPE	3	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....,...	R\$ .....,...
3	MERCEDES, Modelo SPRINTER; Placa BVZ9224; Ano 1997/1997	1	0	Não	100% da Tabela FIPE	15	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....,...	R\$ .....,...
4	FIAT, Modelo PALIO HLX; Placa CMW9931; Ano 2005/2006	1	0	Não	100% da Tabela FIPE	5	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....,...	R\$ .....,...
5	NISSAN, Modelo FRONTIER; Placa CMW9A13; Ano 2004/2004	1	0	Não	100% da Tabela FIPE	5	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....,...	R\$ .....,...
6	GM, Modelo BLAZER; Placa DBA2798; Ano 2001/2002	1	0	Não	100% da Tabela FIPE	5	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....,...	R\$ .....,...
7	PEUGEOT, Modelo HOGGAR; Placa DJL1744; Ano 2010/2011	1	0	Não	100% da Tabela FIPE	2	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....,...	R\$ .....,...
8	PEUGEOT, Modelo HOGGAR; Placa DJL1745; Ano 2010/2011	1	0	Não	100% da Tabela FIPE	2	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....,...	R\$ .....,...
9	NISSAN, Modelo GRAND LIVINA; Placa DJM0546; Ano 2010/2011	1	0	Não	100% da Tabela FIPE	7	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....,...	R\$ .....,...
10	NISSAN, Modelo GRAND LIVINA; Placa DJM0547; Ano 2010/2011	1	0	Não	100% da Tabela FIPE	7	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....,...	R\$ .....,...
11	NISSAN, Modelo LIVINA; Placa DJL6998; Ano 2010/2011	1	0	Não	100% da Tabela FIPE	5	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....,...	R\$ .....,...
12	NISSAN, Modelo LIVINA; Placa DJL6999; Ano 2010/2011	1	0	Não	100% da Tabela FIPE	5	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....,...	R\$ .....,...
13	VW, Modelo AMAROK; Placa DJM3433; Ano 2012/2012	1	0	Não	100% da Tabela FIPE	5	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....,...	R\$ .....,...
14	FIAT, Modelo DOBLO; Placa DJM6664; Ano 2013/2013	1	0	Não	100% da Tabela FIPE	7	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....,...	R\$ .....,...



Item	Especificação (resumida)	Qtd	Bônus	Sinistro	Casco	Nº Passageiros	RCF		APP		Franquia (Limite Máximo)	PREÇO ESTIMADO	
15	FIAT, Modelo DOBLO; Placa DJM6672; Ano 2013/2013	1	0	Não	100% da Tabela FIPE	7	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....	R\$ .....
16	FIAT, Modelo DOBLO; Placa DJM6690; Ano 2013/2013	1	0	Não	100% da Tabela FIPE	7	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....	R\$ .....
17	PEUGEOT, Modelo BOXER; Placa DJP0027; Ano 2005/2005	1	0	Não	100% da Tabela FIPE	3	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....	R\$ .....
18	RENAULT, Modelo KANGOO; Placa DJP0074; Ano 2009/2009	1	0	Não	100% da Tabela FIPE	2	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....	R\$ .....
19	GM, Modelo S10; Placa DJP2006; Ano 2006/2006	1	0	Não	100% da Tabela FIPE	5	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....	R\$ .....
20	GM, Modelo ASTRA; Placa DJP5279; Ano 2007/2007	1	0	Não	100% da Tabela FIPE	5	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....	R\$ .....
21	GM, Modelo ASTRA; Placa DJP5401; Ano 2007/2007	1	0	Não	100% da Tabela FIPE	5	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....	R\$ .....
22	VW, Modelo S-5140; Placa DJP5411; Ano 2006/2007	1	0	Não	100% da Tabela FIPE	3	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....	R\$ .....
23	GM, Modelo ASTRA; Placa DJP5443; Ano 2007/2007	1	0	Não	100% da Tabela FIPE	5	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....	R\$ .....
24	RENAULT, Modelo CLIO; Placa DJP7568; Ano 2008/2008	1	0	Não	100% da Tabela FIPE	5	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....	R\$ .....
25	RENAULT, Modelo CLIO; Placa DJP7569; Ano 2008/2008	1	0	Não	100% da Tabela FIPE	5	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....	R\$ .....
26	PEUGEOT, Modelo BOXER; Placa EEF0112; Ano 2008/2009	1	0	Não	100% da Tabela FIPE	15	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....	R\$ .....
27	GM, Modelo S 10; Placa FQT3227; Ano 2014/2014	1	0	Não	100% da Tabela FIPE	5	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....	R\$ .....
28	FIAT, Modelo DUCATO; Placa HEE3386; Ano 2006/2007	1	0	Não	100% da Tabela FIPE	3	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....	R\$ .....
29	FORD, Modelo Ranger; Placa GFT3H55 Ano 2022/2023	1	0	Não	100% da Tabela FIPE	5	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....	R\$ .....
30	FORD, Modelo Ranger; Placa FVJ9E42 Ano 2022/2023	1	0	Não	100% da Tabela FIPE	5	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....	R\$ .....
31	FORD, Modelo Ranger; Placa ELH7G81 Ano 2022/2023	1	0	Não	100% da Tabela FIPE	5	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....	R\$ .....
TOTAL PREÇO UNITÁRIO													R\$ .....

Nota: RCF - Responsabilidade Civil Facultativa; APP - Indenização por morte ou invalidez permanente

Item	Especificação	Código Catálogo	Unidade de medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Seguro para a frota de veículos oficiais do IPEN - Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares, com cobertura contra danos materiais resultantes	22764	Serviço	1	R\$ ____	R\$ ____

	de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza, e assistência 24 horas, e serviço de monitoramento por meio de rastreamento em tempo real de 23 dos 29 veículos.					
2	Franquia de casco e vidros de seguro total para veículos	22764	Serviço	1	R\$ 17.531,43*	R\$ 17.531,43
<b>TOTAL</b>						<b>R\$ __, __</b>

**Nota:** O valor estimado para a cobertura das Franquias (Item 2) do grupo acima citado é fixo e independente de valor de lance ofertado, foi estimado em 25% (vinte e cinco por cento) do preço total do item 1. Não serão objeto de formulação de preços e lances pelos licitantes, uma vez que sua finalidade é eminentemente operacional e relacionada a execução orçamentária e financeira do órgão, particularmente nas atividades vinculadas a empenho, liquidação e pagamento de despesas.

### 2.1.1 - Anexos da Proposta:

( X ) Certidão de corretores expedido pela SUSEP no site <http://www.susep.gov.br/menu/corretor-de-seguros/emissao-de-certidao>

( ) Atestado de vistoria emitido pelo IPEN;

( ) Declaração de Pleno Conhecimento das Condições de Vistoria;

( X ) Atestado(s) de capacidade técnica.

### 3 - VALIDADE DA PROPOSTA

**3.1 - Esta proposta é válida por 60 (sessenta) dias, a contar do dia de hoje, data de apresentação desta proposta.**

#### 4 - PRAZO DE EXECUÇÃO

**4.1** - Em consonância com o **Anexo I** – Termo de Referência, o início dos serviços deverá ocorrer **até 15 (quinze) dias** após a assinatura do Contrato, contados a partir do recebimento, pelo fornecedor, da Nota de Empenho/Ordem de Início de Serviço.

## 5 – DECLARAÇÃO

**5.1 -** Declaramos que em nossos preços estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para a perfeita execução do objeto, inclusive despesas com frete, mão de obra, seguros em geral, encargos da Legislação Social Trabalhista, Previdenciária, da Infelizmente do trabalho e responsabilidade civil por qualquer dano causado a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, emolumentos, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto, bem como nosso lucro, conforme especificações contidas no Pregão Eletrônico nº [029/2023](#) (UASG 113202), sem que caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao IPEN-CNEN.

**5.2 - Declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em tela e nossa plena concordância com as condições estabelecidas na Pregão Eletrônico nº 029/2023 (UASG 113202) e seus anexos.**

## 6 - DADOS DA LICITANTE

CNPJ/MF: \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_

Razão Social: .....

Endereço: .....

Dados Bancários: Banco: \_\_\_\_\_, Agência: \_\_\_\_\_, Conta-Corrente: \_\_\_\_\_

Optante Simples (SIM ou NÃO): **NÃO**

Telefones: (...) ..... - .....

E-mail: .....@.....

Web Site: .....

## 7 - REPRESENTANTE LEGAL

Nome: .....

Cargo/Função: .....

Carteira de Identidade: Número: \_\_\_\_\_, Emissor: \_\_\_\_\_

CPF: .....

Naturalidade: .....

Telephone: (...) ..... - .....

E-mail: .....@.....

# Termo de Referência 41/2023

## Informações Básicas

Número do TR	UASG	Editado por	Atualizado em
41/2023	113202-COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR	FIDEL FURTADO SANCHEZ	27/09/2023 14:22 (v 12.0)
Status			
CONCLUIDO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados; 66/2023		01342.001492/2023-47

## 1. Definição do objeto

**1.1** - Contratação de serviço de seguro total de veículos da frota do IPEN/CNEN, com cobertura de riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada, bem como cobertura compreensiva (colisão, incêndio e roubo) e ainda, cobertura a terceiros contra danos materiais e danos pessoais por passageiros, com assistência 24 (vinte e quatro) horas, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

**Tabela 1** - Valores de Referência

Item	Descrição/Especificação	Código Catálogo ***	Unidade de Medida	Quantidade	Preço Unitário	Valor de Referência
1	Seguro para a frota de veículos oficiais do IPEN - Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza, e assistência 24 horas.	22764	Serviço	1	R\$ 70.125,74	R\$ 70.125,74
2	Franquia de casco e vidros de seguro total para veículos	22764	Serviço	1	*R\$ 17.531,43	**R\$ 17.531,43
TOTAL						R\$ 87.657,17

\* O valor estimado para a cobertura das Franquias (Item 2) do grupo acima citado é fixo e independente de valor de lance ofertado, foi estimado em 25% (vinte e cinco por cento) do preço total do item 1. Não serão objeto de formulação de preços e lances pelos licitantes, uma vez que sua finalidade é eminentemente operacional e relacionada a execução orçamentária e financeira do órgão, particularmente nas atividades vinculadas a empenho, liquidação e pagamento de despesas.

\*\* Os preços estimados da planilha serão os considerados como máximos para aceitação da proposta pelo IPEN.

\*\*\* <https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca>

**1.2** - Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do **Estudo Técnico Preliminar nº 157/2022**, apêndice deste Termo de Referência.

**1.3** - O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da assinatura do contrato, na forma do **artigo 105** da Lei nº 14.133, de 01/04/2021.

1.4 - O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. Fundamentação da contratação

2.1 - A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos **Estudos Técnicos Preliminares nº 157/2022**, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 - O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2023**, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: [00402552000126-0-000002/2023](https://pncp.gov.br/app/pca/00402552000126-0-000002/2023/);

II) Data de publicação no PNCP: [19/05/2023](#);

III) Id do item no PCA: [1253](#);

IV) Classe/Grupo: [713 - SERVIÇOS DE SEGUROS E DE PENSÕES\(EXCETO SERVIÇO DE RESEGURO\)EXCETO SERVIÇOS DE SEGURIDADE SOCIAL COMPULSÓRIA](#);

V) Identificador da Futura Contratação: [113202-66/2023](#).

<https://pncp.gov.br/app/pca/00402552000126/2023/2>

## 3. Descrição da solução

3.1 - A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos **Estudos Técnicos Preliminares nº 157/2022**, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. Requisitos da contratação

### 4.1 - Sustentabilidade

4.1.1 - Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/ menor poluição, tais como:a) Adotar as práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber, todas de acordo com o art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.

### 4.2 - Subcontratação

4.2.1 - Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### 4.3 - Garantia da contratação

4.3.1 - Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do **Estudo Técnico Preliminar nº 157/2022**, apêndice deste Termo de Referência.

### 4.4 - Vistoria

4.4.1 - As licitantes interessadas **poderão vistoriar** os veículos a serem segurados. A vistoria deverá ser marcada previamente por intermédio do telefone **(11) 2810-1573 ou (11) 99781-5751 - Sr. Marcos – E-mail: [msilveira@ipen.br](mailto:msilveira@ipen.br)**, e realizada na respectiva **DINFR - Divisão de Infraestrutura / Transportes & Logística**, do IPEN – Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares, UASG nº **113202**, CNPJ nº **00.402.552/0005-50**, sito na Av. Prof. Lineu Prestes, nº 2242 – Cidade Universitária, Butantã, São Paulo/SP – CEP 05508-000.

**4.4.2** - O prazo para a marcação da vistoria deverá ser de, no mínimo, **72 (setenta e duas) antes da vistoria a ser realizada** e só deverá acontecer **até 48 (quarenta e oito) horas** antes do início do certame.

**4.4.3** - Não realizada a vistoria ou não obedecidos os prazos previstos para a sua marcação ou realização, considerar-se-á que todos os concorrentes aceitaram as condições em que se encontram os veículos.

**4.4.4** - O fato de a seguradora deixar de realizar a vistoria ora prevista não motiva descumprir as obrigações pertinentes a esse objeto, inclusive quanto à cobertura de equipamentos e de acessórios.

**4.4.5** - Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante **poderá** realizar vistoria acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 14:00 horas às 17:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone **(11) 2810-1573 ou (11) 99781-5751 - Sr. Marcos**, podendo sua realização ser comprovada por:

**a)** Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável; ou

**b)** Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento, conforme **ANEXO D** deste Termo de Referência, ou caso opte por não realiza-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com este órgão.

**4.4.6** - Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

**4.4.7** - Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

**4.4.8** - A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

**4.5** - O fornecimento da prestação de serviços licitado trata-se de serviço não continuado e de natureza comum.

**4.6** - A escolha da solução como um todo, abrange a prestação do serviço de contratação de seguro automotivo para atendimento das necessidades das viaturas lotadas no IPEN/CNEN, na modalidade Valor de Mercado Referenciado (**100% Tabela FIPE**) com cobertura adicional de assistência 24 horas.

**4.7** - O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO

**4.8** - Coberturas a contratar e valor máximo de indenização:

**Tabela 2 - Condições de cobertura**

<b>Cobertura</b>	<b>Referência</b>
<b>Básica-Colisão/Incêndio/Roubo/Furto</b>	<b>100% FIPE</b>
<b>Danos Materiais</b>	<b>R\$ 200.000,00</b>
<b>Danos Corporais</b>	<b>R\$ 100.000,00</b>
<b>Acidente Pessoal de Ocupantes - Morte Acidental</b>	<b>R\$ 50.000,00</b>
<b>Acidente Pessoal de Ocupantes - Invalidez Permanente</b>	<b>R\$ 50.000,00</b>
<b>Vidros, faróis, para-choque, retrovisores</b>	<b>Completo</b>
<b>Guincho</b>	<b>Km Livre</b>
<b>Franquia de casco</b>	<b>Reduzida</b>

**4.9** - O seguro deverá cobrir, no mínimo, os riscos provenientes da circulação do bem segurado, as despesas indispensáveis ao seu salvamento e transporte até a oficina autorizada pelo fabricante do mesmo, e as indenizações ou prestações de serviços oferecidos pela seguradora correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, constantes dos subitens seguintes:

**4.9.1** - Roubo ou furto total, assim como os danos causados por tentativas de roubo ou furto, incluindo os vidros;

**4.9.2** - Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento envolvendo direta ou indiretamente o bem segurado;



4.9.3 - Raio e suas consequências;

4.9.4 - Incêndio e explosão, inclusive os causados por atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;

4.9.5 - Queda em precipícios ou pontes;

4.9.6 - Queda de agentes externos sobre o veículo;

4.9.7 - Acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado;

4.9.8 - Submersão total ou parcial proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;

4.9.9 - Fenômenos Meteorológicos (Granizo e Tufões) no Brasil;

4.9.10 - Danos causados durante tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros;

4.9.11 - RCFV (danos pessoais e danos materiais) e Acidentes Pessoais de Passageiros - APP (morte e invalidez);

4.9.12 - Acessórios não referentes a som e imagem, exceto os originais de fábrica;

4.9.13 - Acidente com o veículo segurado, nas dependências do IPEN;

4.9.14 - “Assistência 24 horas” ao segurado, em caso de pane ou colisão do veículo, dentro e fora do estado de São Paulo, com os seguintes serviços:

a) o serviço de chaveiro, quando o veículo não puder ser aberto em virtude da perda ou extravio das chaves, seu esquecimento no interior do veículo, ou quebra na fechadura, na ignição ou tranca de direção. O serviço será prestado mediante o envio de chaveiro ao local do evento;

b) reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica;

c) transporte da pessoa segurada por imobilização do veículo segurado;

d) transporte da pessoa segurada por roubo ou furto do veículo segurado; e

e) outros direitos previstos na apólice, não mencionados no presente **Estudo Técnico Preliminar nº 157/2022**.

4.9.15 - Calço hidráulico.

4.9.16 - Serviço de proteção a vidros blindados, lanternas e faróis.

4.9.17 - O envio de **5 (cinco) litros de combustível**, em virtude de pane seca, até o local onde se encontra o veículo. O presente serviço tem limite de **3 (três) acionamentos** por vigência da apólice.

4.10 - Os veículos objeto deste Contratação, empregados nas atividades operacionais e administrativas são conduzidos exclusivamente por motoristas deste órgão.

4.11 - Os veículos enquanto no IPEN permaneceram recolhidos, e em estacionamento privativo, fechado e coberto.

4.12 - As principais regiões de circulação dos veículos serão o **Região metropolitana de São Paulo/SP**, porém, nos casos de sinistro, a cobertura do seguro abranger todo território nacional.

4.13 - Demais condições gerais:

4.13.1 - Considera-se perda total quando o valor estimado para reparação for igual ou superior a **75% (setenta e cinco por cento)** do valor da importância segurada do veículo.

4.13.2 - A modalidade de seguro a ser contratado é a de valor de mercado.

4.13.3 - O condutor é indeterminado, sendo qualquer funcionário do IPEN legalmente autorizado e habilitado.

4.13.4 - As condições do seguro aplicam-se única e exclusivamente a sinistros ocorridos no território nacional.

4.13.5 - A seguradora poderá oferecer outras garantias e vantagens adicionais como bônus na renovação e outras, desde que não onerem o prêmio estabelecido na proposta apresentada.

## 5. Modelo de execução do objeto

### 5.1 - Condições de Execução

#### 5.1.1 - Valor de mercado referenciado:

**5.1.1.1** - Em caso de indenização integral, o valor pago deverá ser tomado como base em 100% (cem por cento) do valor divulgado pela **FIPE, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas**, divulgada pelo site <https://www.fipe.org.br/>. E, em caso de extinção ou interrupção da publicação desta, a tabela substituta será a tabela MOLICAR, divulgada pelo site <http://www.molicar.com.br/>, com o mesmo percentual, vedada a utilização de qualquer outra tabela.

**5.1.1.2** - Tratando-se de sinistro envolvendo veículos **zero quilômetro**, o valor será determinado com base no valor do veículo novo por um prazo **não inferior a 90 (noventa) dias** a contar data de seu recebimento pelo IPEN, independentemente da quilometragem rodada no período.

**5.1.1.2.1** - Entende-se por valor de veículo novo, o valor do veículo zero quilômetro constante da tabela de referência quando da liquidação do sinistro.

#### 5.2 - Da Apólice:

**5.2.1** - A emissão deverá resultar em uma única apólice, que ocorrerá por meio eletrônico, não gerando custo para a CONTRATANTE.

##### 5.2.1.1 - Deverá constar na apólice:

- a) Identificação e descrição de cada veículo com suas devidas especificações.
- b) Indicação da tabela de referência e da tabela substituta e seus respectivos veículos de publicação.
- c) Indicação do fator de ajuste, em percentual, a ser utilizado. No caso 100%.
- d) Prêmios discriminados por cobertura.

**5.2.1.2** - Limites de indenização por cobertura, conforme valores constantes de cada veículo descrito no **Anexo A** deste Termo de Referência:

##### a) Responsabilidade Civil Facultativa (RCF):

**I** - O valor estipulado para indenização a terceiros por danos materiais será de **R\$ 200.000,00 (duzentos mil Reais)**;

**II** - O valor estipulado para indenização a terceiros por danos corporais, será de **R\$ 100.000,00 (cem mil Reais)**.

##### b) Acidente por Passageiro (APP):

**I** - Valor para indenização morte por pessoa: **R\$ 50.000,00 (cinquenta mil Reais)**;

**II** - Valor para indenização invalidez por pessoa: **R\$ 50.000,00 (cinquenta mil Reais)**.

**5.2.1.3** - Bônus, quando houver, observando o disposto no **item 5.5** deste Termo de Referência.

**5.2.1.4** - Franquia aplicável. Observando o disposto no **item 5.7** deste Termo de Referência.

**5.2.1.5** - A apólice deverá ser disponibilizada para a CONTRATANTE, em meios eletrônicos e com assinatura eletrônica válida, **no prazo máximo de 15 (quinze) dias**, a contar do recebimento pela CONTRATADA da nota de empenho emitida pela CONTRATANTE.

**5.2.1.5.1** - Após a disponibilização da referida apólice, a CONTRATANTE terá o prazo de **15 (quinze) dias** para verificação da sua conformidade e posterior confirmação de validade.

**5.2.1.6** - Para a inclusão por endosso ou para correção de dados, como placa de veículos, classe de bônus, entre outros, a CONTRATADA disporá de **15 (quinze) dias** a contar do recebimento do pedido expresso pelo **DINFR - Divisão de Infraestrutura / Transportes & Logística**, do IPEN – Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares, CNPJ nº 00.402.552/0005-

50, Av. Prof. Lineu Prestes, 2242 – Cidade Universitária, Butantã, São Paulo/SP – CEP 05508-000, Tel.: (11) 2810-1573 – E-mail: [msilveira@ipen.br](mailto:msilveira@ipen.br).

**5.2.1.6.1** - A inclusão e/ou correções de que trata o item anterior poderá também, a qualquer tempo, ser realizada pelo **DINFR - Divisão de Infraestrutura / Transportes & Logística**.

**5.2.1.7** - O fato de a seguradora deixar de disponibilizar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos nesta contratação, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos bem como a aplicação das penas previstas em lei pelo referido atraso.

### **5.3 - Da Avaria:**

**5.3.1** - Caso haja alguma avaria preexistente e qualificada na vistoria de contratação do seguro, isto não será impeditivo para a contratação, sendo, porém, estas avarias excluídas da cobertura do seguro em caso de sinistro de Perda Parcial.

**5.3.2** - Após procedimento de recuperação pelo IPEN, durante a vigência do seguro, este deverá submeter o veículo a uma nova vistoria para exclusão da 'Cláusula de Avaria'.

**5.3.3** - Avarias preexistentes não serão consideradas em caso de Indenização Integral.

**5.3.4** - Caso a seguradora deixe de realizar a vistoria prévia, conforme **item 4.4** deste Termo de Referência, será desconsiderada qualquer cláusula de avaria posterior, assumindo assim a responsabilidade, a partir da contratação, de acordo com objeto deste seguro.

### **5.4 - Do Aviso de Sinistro:**

**5.4.1** - A CONTRATADA deverá colocar à disposição da CONTRATANTE, **24 (vinte e quatro) horas por dia durante 7 (sete) dias da semana**, central de comunicação para aviso de sinistro.

**5.4.2** - A central poderá funcionar por e-mail, telefone, fax ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional.

**5.4.3** - Após registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, a CONTRATADA terá, no máximo, **5 (cinco) dias**, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado.

**5.4.4** - Havendo a necessidade de reboque, a CONTRATADA deverá atender em um prazo máximo de **3 (três) horas** após o aviso de sinistro.

### **5.5 - Dos Bônus:**

**5.5.1** - A licitante vencedora, independentemente de ser ou não a atual contratada, deverá observar os bônus estabelecidos no **Anexo B – Modelo de Proposta de Preços**.

**5.5.2** - A empresa poderá diminuir a bonificação em menos **1 (um)**, de acordo com informações de ocorrência de sinistros, constantes no **Anexo A** deste Termo de Referência.

### **5.6 - Do Endosso:**

**5.6.1** - Os veículos do IPEN poderão, ao longo da vigência desta contratação, serem inseridos obedecendo às normas de inclusão por endosso.

**5.6.2** - Quaisquer alterações tais como: inclusão, substituição e exclusão de veículos na apólice poderão ser solicitadas pelo IPEN e processadas pela seguradora, mediante endosso, aplicando-se as regras constantes dos **itens 5.14 e 5.15** deste Termo de Referência.

**5.6.3** - Poderá ser solicitada, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, local de permanência e unidade da federação para utilização do veículo, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto desta contratação, durante o período da vigência da apólice.

**5.6.4** - A emissão de Endosso não deverá ser superior ao prazo de **15 (quinze) dias**, a contar de pedido expresso efetuado pelo **DINFR - Divisão de Infraestrutura/Transportes & Logística**.

**5.6.5** - O pedido de endosso referentes às DINFR, em qualquer tempo, poderá também ser realizado pela COADM - Coordenação de Administração e Infraestrutura do IPEN.

### **5.7 - Da Franquia:**

**5.7.1** - A franquia considerada é a obrigatória, devendo ser observados os itens a seguir:

**5.7.1.1** - A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio).

**5.7.1.2** - Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e na apólice, não devendo exceder o limite máximo de **R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos Reais)** devendo, para isso, serem consideradas as informações e detalhes constantes do **Anexo A**, podendo ser ofertada, de acordo com análise por veículos e seus devidos bônus, franquias de valores menores.

**5.7.1.3** - Os valores de franquias considerados especificamente para ocorrência de sinistros com substituições unicamente de itens como para-brisas frontais, retrovisores, faróis e lanternas não deverá exceder o limite máximo de **R\$ 100,00 (cem Reais)**, não sendo cumulativas com a franquia de que trata o **item 5.7.1** deste Termo de Referência.

**5.7.1.3.1** - A franquia de que trata este item será aplicada de acordo com a quantidade de peças sinistradas. Assim, por exemplo, se houver a quebra simultânea de um farol e uma lanterna, será cobrada uma franquia para o farol e outra para a lanterna.

**5.7.1.4** - Em havendo sinistro com a necessidade específica de substituição de vidros laterais e traseiros, troca de lente de retrovisores e reparo em trincas de para-brisas, a CONTRATADA não cobrará franquia para esses serviços.

**5.7.1.5** - Em caso de Sinistro de Perda Parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pelo IPEN, prioritariamente, à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo. Caso a concessionária/oficina não esteja com sua documentação relativa ao Fisco, à Seguridade Social e ao FGTS regular, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse.

**5.7.1.6** - Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão.

## **5.8 - Salvados:**

**5.8.1** - Uma vez paga a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora.

**5.8.2** - É de inteira responsabilidade da seguradora contratada, providenciar a transferência dos referidos salvados e o devido encerramento de registro em nome da CONTRATADA junto aos órgãos pertinentes.

## **5.9 - Dos Sinistros:**

**5.9.1** - Dos Riscos Cobertos: **“SEGURO TOTAL”**. O seguro deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pela CONTRATANTE, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, em todo o território nacional, conforme segue:

**5.9.1.1** - Roubo ou furto, bem como os danos causados por tentativa de roubos ou furto, incluindo os vidros.

**5.9.1.2** - Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento.

**5.9.1.3** - Raios e suas consequências.

**5.9.1.4** - Incêndios e explosões, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros.

**5.9.1.5** - Quedas em precipícios ou de pontes e quedas de agentes externos sobre o veículo.

**5.9.1.6** - Acidentes durante o transporte do veículo por meio apropriado.

**5.9.1.7** - Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo.

**5.9.1.7.1** - Em casos de que trata o item acima, a seguradora deverá providenciar a devida higienização quando o sinistro não atingir o valor da franquia. Sua utilização não implica perda de bônus para o segurado.

**5.9.1.8** - Granizo;

**5.9.1.9** - Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas, neste caso, indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros.

**5.9.1.10** - Quebra de para brisas, total ou parcial, faróis e/ou lanternas, retrovisores, obedecendo ao disposto nos **itens 5.7.1.2 e 5.7.1.3** deste Termo de Referência.

**5.9.1.11** - Responsabilidade Civil Facultativa (RCF – Danos Pessoais).

**5.9.1.12** - Acessórios não referentes a som e imagem, inclusive os originais de fábrica.

**5.9.1.13** - Cobertura adicional de assistência **24 (vinte e quatro) horas**, com os seguintes serviços mínimos:

**a)** Chaveiro;

**b)** Reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até a oficina autorizada pela CONTRATANTE;

**c)** Transporte da pessoa segurada por imobilização do veículo segurado; transporte das pessoas seguradas por roubo ou furto do veículo.

#### **5.10 - Regulação de Sinistro:**

**5.10.1** - Ocorrendo sinistro, a seguradora deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis** para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura.

**5.10.2** - Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da seguradora, o IPEN poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a seguradora arcar com o ônus da execução integralmente.

**5.10.3** - Não será fixado prazo para comunicação de sinistro podendo ser realizado a critério do IPEN.

**5.10.4** - Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática sem cobrança de prêmio adicional.

**5.10.5** - Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará totalmente a cargo do IPEN, não cabendo, pela CONTRATADA, quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço.

**5.10.6** - O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro não poderá ser superior a **30 (trinta) dias** do aviso de sinistro.

**5.10.7** - Havendo descumprimento do prazo estabelecido no item anterior, a seguradora ficará sujeita a **multa diária** correspondente a **2%** (dois por cento) do valor da indenização, além das penalidades previstas em lei.

#### **5.11 - Da Indenização:**

**5.11.1** - Todas as despesas de salvamento durante e após a ocorrência de um sinistro ocorrerão, obrigatoriamente, por conta da seguradora.

**5.11.2** - Os danos materialmente comprovados, causados pela seguradora ou por terceiros, na tentativa de evitar o sinistro ou minorar o dano ou salvar a coisa serão de total responsabilidade da seguradora.

**5.11.3** - Na ausência de cobertura específica, deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia contratada para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados pelo IPEN e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.

#### **5.12 - Da Indenização Integral:**

**5.12.1** - Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de **75%** (setenta e cinco por cento) do valor referenciado.

**5.12.2** - Em caso de indenização integral a seguradora não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes a avarias previamente constatadas.

**5.12.3** - Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados da proprietária do veículo e da sociedade seguradora.

#### **5.13 - Do Questionário de Avaliação de Risco:**

**5.13.1** - Os veículos são conduzidos por servidores ou motoristas contratados, de acordo com suas devidas categorias.



**5.13.2 - Na Divisão de Infraestrutura** os veículos permanecem recolhidos em estacionamento fechado e privativo.

**5.13.3** - A previsão de quantidade da quilometragem a ser percorrida pelos veículos da frota do IPEN, objeto desta contratação, durante o período da vigência do seguro, é de **360.000 km/ano por veículo**.

**5.13.4** - Diante das informações fornecidas nos itens acima e devido às características peculiares do serviço, o questionário de avaliação de risco não será aplicado, não motivando o descumprimento das obrigações pertinentes a esse objeto.

**5.14 - Da Inclusão e Substituição:**

**5.14.1** - Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s), durante o período da vigência da apólice, a CONTRATADA deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que objetivou esta contratação.

**5.14.2 - A DINFR do IPEN**, poderão solicitar inclusão, durante a vigência da apólice, por meio de endosso de inclusão.

**5.14.3** - Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a seguradora deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

**5.14.4** - A devolução deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de GRU, devendo a empresa enviar recibo, devidamente quitado, ao **DINFR do IPEN**.

**5.14.5** - Caberá ao **DINFR do IPEN**, em qualquer dos itens, comparar o orçamento apresentado previamente com, pelo menos, dois outros orçamentos, a fim de confirmar a inclusão. O mesmo procedimento será adotado para efeito de substituição de veículos, ficando a CONTRATADA obrigada a aceitar a menor proposta apresentada, caso o seu orçamento não seja o de menor valor.

**5.15 - Da Exclusão:**

**5.15.1** - Havendo a necessidade, durante o período de vigência da apólice, de exclusão de veículo(s), a CONTRATADA deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Administração Pública, mediante a fórmula:

$$X \div 12 = Y; \text{ e } Y \times Z = VT \text{ onde:}$$

$X$  = Valor anual do prêmio por veículo;

$12$  = Número de meses;

$Y$  = Valor mensal do prêmio por veículo;

$Z$  = Número de meses restantes para o término da apólice;

$VT$  = Valor total a ser devolvido à Administração Pública.

**5.15.2** - O valor de  $Z$ , número de meses restantes para o término da apólice, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pelo **DINFR do IPEN** à operadora do referido seguro. Esta comunicação poderá ser realizada por meio de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento.

**5.15.3** - Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a **15 (quinze) dias**.

**5.15.4** - A devolução, encontrada no resultado de  $VT$ , deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de GRU, devendo a CONTRATADA enviar recibo, devidamente quitado, ao **DINFR do IPEN**.

**5.16** - A contratação do seguro, deverá atender as disposições do Decreto-Lei nº 73 de 21/11/1966 que trata do Sistema Nacional de Seguros Privados - SUSEP e, em especial, as da Circular SUSEP nº 621, de 12/02/2021 e Circular SUSEP nº 639, de 09/08/2021.

## 6. Modelo de gestão do contrato

**6.1** - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2** - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**6.3** - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.4** - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.5** - Após a assinatura do contrato, o órgão poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**6.6** - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

**6.7** - O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

**6.7.1** - O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

**6.7.2** - Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

**6.7.3** - O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

**6.7.4** - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

**6.7.5** - O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

**6.7.6** - O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

**6.8** - O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

**6.8.1** - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

**6.9** - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

**6.9.1** - O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

**6.9.2** - O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

**6.9.3** - O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

**6.9.4** - O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

**6.10** - O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

**6.11** - O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

**6.12** - O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. Critérios de medição e pagamento

**7.1** - A avaliação da execução do objeto utilizará o **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, conforme previsto no **Anexo E**, ou instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

**7.1.1** - Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

**7.1.1.1** - não produzir os resultados acordados,

**7.1.1.2** - deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

**7.1.1.3** - deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**7.2** - A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

### Do recebimento

**7.4** - Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **10 (dez) dias**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

**7.4.1** - O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

**7.4.2** - O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

**7.4.3** - O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

**7.4.4** - O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

**7.5** - Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

**7.5.1** - O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

**7.5.2** - A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

**7.5.3** - O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

**7.5.4** - Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**7.6** - Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

**7.7** - Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

**7.7.1** - Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

**7.7.2** - Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

**7.7.3** - Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

**7.7.4** - Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

**7.7.5** - Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

**7.8** - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**7.9** - Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

**7.10** - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

**7.11** - Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **5 (cinco) dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

**7.11.1** - O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**7.12** - Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

**a)** o prazo de validade;

- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.13** - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

**7.14** - A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

**7.15** - A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: **a)** verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; **b)** identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**7.16** - Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**7.17** - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**7.18** - Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**7.19** - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

**7.20** - O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **10 (dez) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

**7.21** - No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IGP-M** de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

**7.22** - O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**7.23** - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.24** - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**7.24.1** - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.25** - O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

**8.1** - O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### Exigências de habilitação

**8.2** - Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

**8.3 - Sociedade Anônima** (Lei nº 6.404, de 15/12/1976) como Seguradora, subscrevendo riscos de coisas, pessoas, bens, responsabilidades, obrigações, direitos e garantias, e que, atendendo às exigências previstas no Decreto-Lei nº 73, de 21/11/1966, e nas normas aplicáveis à atividade de seguro e cosseguro emitidas pelo CNSP e pela SUSEP (em especial a Resolução CNSP nº 422, de 11/11/2021, e a Circular SUSEP nº 529, de 25/02/2016), tenha sido autorizado pelo órgão supervisor de seguros ([https://www2.susep.gov.br/menuatendimento/procura\\_2011.asp](https://www2.susep.gov.br/menuatendimento/procura_2011.asp)) para realizar operações de seguro e cosseguro.

**8.4** - A contratação do seguro, deverá atender as disposições do **Decreto-Lei nº 73 de 21/11/1966** que trata do Sistema Nacional de Seguros Privados - SUSEP e, em especial, as da Circular SUSEP nº 621, de 12/02/2021 e Circular SUSEP nº 639, de 09/08/2021.

**8.5** - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### Habilitação fiscal, social e trabalhista

**8.6** - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**8.7** - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**8.8** - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**8.9** - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

**8.10** - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**8.11** - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**8.12** - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**8.13** - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### Qualificação Econômico-Financeira

**8.14** - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

**8.15** - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

**8.16** - Índices de **Liquidez Geral (LG)**, **Solvência Geral (SG)** e **Liquidez Corrente (LC)**, superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

**I** - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

**II** - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

**III** - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

**8.17** - Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo e patrimônio líquido mínimo de **10%** do valor total estimado da contratação.

**8.18** - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º](#)).

**8.19** - O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

**8.20** - O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### **Qualificação Técnica**

**8.21** - Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

**8.21.1** - A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

**8.22** - Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente - **SUPEP - Superintendência de Seguros Privados**, em plena validade, como Seguradora, subscrevendo riscos de coisas, pessoas, bens, responsabilidades, obrigações, direitos e garantias, e que, atendendo às exigências previstas no Decreto Lei nº 73, de 21/11/1966, e nas normas aplicáveis à atividade de seguro e cosseguro emitidas pelo CNSP e pela SUSEP (em especial a Resolução CNSP nº 422, de 11/11/2021, e a Circular SUSEP nº 529, de 25/02/2016), tenha sido autorizado pelo órgão supervisor de seguros para realizar operações de seguro e cosseguro.

**8.23** - Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

**8.24** - Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

**8.24.1** - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

**8.24.1.1** - Seguro para a frota de veículos com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza, e assistência 24 horas, e serviço de monitoramento por meio de rastreamento em tempo real.

**8.24.2** - Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

**8.24.3** - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

**8.24.4** - O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**8.25** - Prova de atendimento aos requisitos no **Decreto Lei nº 73, de 21/11/1966**, e nas normas aplicáveis à atividade de **seguro** e **cosseguro** emitidas pelo **CNSP** e pela **SUSEP** (em especial a **Resolução CNSP nº 422, de 11/11/2021**, e a **Circular SUSEP nº 529, de 25/02/2016**), autorizado pelo órgão supervisor de seguros para realizar operações de seguro e cosseguro.



## 9. Estimativas do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 87.657,17

**9.1** - O custo estimado total da contratação é de **R\$ 87.657,17** (oitenta e sete mil, seiscentos e cinquenta e sete Reais e dezessete centavos), conforme **Tabela 1 - Valores de Referência**, deste instrumento, sendo:

**Item 1: R\$ 70.125,74 (setenta mil, cento e vinte e cinco mil Reais e setenta e quatro centavos)** para a prestação de serviços de seguro total para veículos, com cobertura para terceiros;

**Item 2: R\$ 17.531,43 (dezessete mil, quinhentos e trinta e um Reais, e quarenta e três centavos)**, para franquia de casco e vidros de seguro total para veículos.

**9.2** - Em caso de sinistro, o valor da franquia ficou estimado em **25%** para o **item 2 do grupo 1**, totalizando um valor de **R\$ 17.531,43** (dezessete mil, quinhentos e trinta e um Reais, e quarenta e três centavos).

**9.3** - Nos valores acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**9.4** - Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

## 10. Adequação orçamentária

**10.1** - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

**10.1.1** - A contratação será atendida pela seguinte dotação:

PT (Programa de Trabalho): **19.662.2206,2478.0001 - Produção e Fornecimento de Radiofármacos - Nacional**

PO (Plano Orçamentário): **0000 Produção e Fornecimento de Radiofármacos no País**

ACÇÃO: **2478 - Produção e Fornecimento de Radiofármacos no País**

PTRES: **168744**

FONTE: **100**

ED/SUBITEM: **339039-69 - Seguros em Geral**

PI: (Plano Interno): **24780000013**

**10.2** - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Portaria DIPEN nº 116, de 29/04/2023

**MARCOS SANTOS DA SILVEIRA**

Integrante Setorial



*Assinou eletronicamente em 19/09/2023 às 11:26:24.*

Despacho: Portaria DIPEN nº 116, de 29/04/2023

**ANTONIO CARLOS MARTINS PEREIRA**

Integrante Técnico



*Assinou eletronicamente em 19/09/2023 às 11:27:39.*

Despacho: Portaria DIPEN nº 116, de 29/04/2023

**FIDEL FURTADO SANCHEZ**

Integrante Administrativo



*Assinou eletronicamente em 19/09/2023 às 10:59:49.*

Despacho: Portaria DIPEN nº 116, de 29/04/2023

**GISLENE MARIA DOS SANTOS SILVA**

Integrante Administraivo



*Assinou eletronicamente em 19/09/2023 às 11:55:14.*

Despacho: Aprovo este TERMO DE REFERÊNCIA e autorizo abertura de procedimento licitatório, tipo "MENOR PREÇO GLOBAL", na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA , por tratar-se de "SERVIÇO COMUM"

**KATIA CRISTINA IUNES MINASIAN SANTOS**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 19/09/2023 às 11:30:54.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo A.pdf (203.24 KB)
- Anexo II - ANEXO C.pdf (181.42 KB)
- Anexo III - ANEXO D.pdf (252.61 KB)
- Anexo IV - ANEXO B.pdf (468.09 KB)
- Anexo V - ANEXO E.pdf (349.83 KB)
- Anexo VI - Estudo Técnico Preliminar n\_ 157\_2022 SIGILOS.pdf (685.71 KB)

**Anexo I - Anexo A.pdf**

## ANEXO A - RELAÇÃO DE VEÍCULOS FROTA DO IPEN/CNEN

ITEM	MARCA	MODELO	PLACA	ANO	SINISTRO	CLASSE BÔNUS	Nº Passageiros	Nº FIPE	CHASSI
1	FORD	F 1000	BRZ2926	1994/1994	Não	0	2	30457	8AFBNTNM32RJ077096
2	FORD	F14000	BSV4988	1988/1988	Não	0	3	5040620	9BFXXXLM8JDB74970
3	MERCEDES	SPRINTER	BVZ9224	1997/1997	Não	0	15	211176	8AC690341VA508480
4	FIAT	PALIO HLX	CMW9931	2005/2006	Não	0	5	12106	9BD17301A64149316
5	NISSAN	FRONTIER	CMW9A13	2004/2004	Não	0	5	230472	94DCMUD224J530698
6	GM	BLAZER S10	DBA2798	2001/2002	Não	0	5	42048	9BG116AX02C405584
7	PEUGEOT	HOGGAR	DJL1744	2010/2011	Não	0	2	241709	9362VKFWXBB042174
8	PEUGEOT	HOGGAR	DJL1745	2010/2011	Não	0	2	241709	9362VKFWXBB042163
9	NISSAN	GRAND LIVINA	DJM0546	2010/2011	Não	0	7	230960	94DJBVL10BJ680464
10	NISSAN	GRAND LIVINA	DJM0547	2010/2011	Não	0	7	230960	94DJBVL10BJ673532
11	NISSAN	LIVINA	DJL6998	2010/2011	Não	0	5	230936	94DTAFL10BJ581539
12	NISSAN	LIVINA	DJL6999	2010/2011	Não	0	5	230936	94DTAFL10BJ600005
13	VW	AMAROK	DJM3433	2012/2012	Não	0	5	56406	WV1DB42H7DA011332
14	FIAT	DOBLO	DJM6664	2013/2013	Não	0	7	13536	9BD119609D1104342
15	FIAT	DOBLO	DJM6672	2013/2013	Não	0	7	13536	9BD119609D1104317
16	FIAT	DOBLO	DJM6690	2013/2013	Não	0	7	13536	9BD119609D1104114
17	PEUGEOT	BOXER AMB	DJP0027	2005/2005	Não	0	3	240931	936232BZ251024011
18	RENAULT	KANGOO	DJP0074	2009/2009	Não	0	2	251330	8A1FC1U159L177022
19	GM	S10	DJP2006	2006/2006	Não	0	5	43060	9BG138GJ06C417850
20	GM	ASTRA	DJP5279	2007/2007	Não	0	5	42560	9BGTR48W07B219086
21	GM	ASTRA	DJP5401	2007/2007	Não	0	5	42560	9BGTR48W07B216741
22	VW	S-5140	DJP5411	2006/2007	Não	0	3	5151074	9BWA932P47R702551
23	GM	ASTRA	DJP5443	2007/2007	Não	0	5	42560	9BGTR48W07B219080
24	RENAULT	CLIO	DJP7568	2008/2008	Não	0	5	250996	8A1LB8E058L017031
25	RENAULT	CLIO	DJP7569	2008/2008	Não	0	5	250996	8A1LB8E058L016996
26	PEUGEOT	BOXER	EEF0112	2008/2009	Não	0	15	240931	936ZCPMNC92039137
27	GM	S 10	FQT3227	2014/2014	Não	0	5	44130	9BG148EP0EC456533
28	FIAT	DUCATO	HEE3386	2006/2007	Não	0	3	11908	93W244F1372013126

29	FORD	RANGER	GFT3H55	2022/2023	Não	0	5	33642	8AFAR23S6PJ313781
30	FORD	RANGER	FVJ9E42	2022/2023	Não	0	5	33642	8AFAR23S1PJ313753
31	FORD	RANGER	ELH7G81	2022/2023	Não	0	5	33642	8AFAR23S7PJ313725

## **Anexo II - ANEXO C.pdf**



## ANEXO C - MODELO DE RECIBO PARA PAGAMENTO DE SEGURO

Cabeçalho da empresa

Nome da empresa e CNPJ

### RECIBO

Recebemos do **Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares - IPEN**, CNPJ nº 00.402.552/5000-50, a importância de R\$ \_\_\_\_ (**valor por extenso**) valor total referente a contratação de seguro para a frota oficial, por meio da apólice nº \_\_\_\_, conforme **Pregão Eletrônico nº \_\_/2022** (Processo SEI nº [01342.001492/2023-47](#)) e seus Anexos.

Dados bancários:

----- Informar dados conta -----

Data, \_\_/\_\_/2023

Nome

Função

Assinatura do responsável

## **Anexo III - ANEXO D.pdf**

**ANEXO D - MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DAS  
CONDIÇÕES DE VISTORIA**

**DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DE VISTORIA**

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante), doravante denominada licitante do Pregão nº ...../2023 da UASG nº 113202, declara, sob as penas da lei, que: Conhece as condições locais para execução do objeto ou tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

(Local), (UF), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

---

Representante legal da licitante – ID – CPF

**Anexo IV - ANEXO B.pdf**

## ANEXO B - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

### 1 - APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

**1.1** - A empresa ..... inscrita no CNPJ sob nº ....., estabelecida na ....., de acordo com as condições estabelecidas no Pregão Eletrônico nº XXX/2023 (UASG 113202), apresenta proposta conforme a descrição abaixo, as quais analisamos com as cláusulas e condições estipuladas no Aviso e de seus anexos, com os quais concordamos plenamente, vimos apresentar a nossa proposta.

### 2 - PLANILHA DE PREÇO

**2.1** - O valor global de referência para contratação de seguro para a frota de veículos oficiais do IPEN - Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza, e assistência 24 (vinte e quatro) horas, em regime de empreitada por preço unitário, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas, é de R\$ .....(.....), conforme a detalhamento a seguir:

Item	Especificação (resumida)	Qtd	Bônus	Sinistro	Casco	Nº Passageiros	RCF		APP		Franquia (Limite Máximo)	PREÇO ESTIMADO	
							Danos Materiais	Danos Pessoais	Morte	Invalidez		Prêmio Unitário	Total de item (até)
1	FORD, Modelo F 1000; Placa BRZ2926; Ano 1994/1994	1	0	Não	100% da Tabela FIPE	2	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....,...	R\$ .....,...
2	FORD, Modelo	1	0	Não	100% da	3	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....,...	R\$ .....,...

	F14000; Placa BSV4988; Ano 1988/1988				Tabela FIPE								
3	MERCEDES, Modelo SPRINTER; Placa BVZ9224; Ano 1997/1997	1	0	Não	100% da Tabela FIPE	15	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....,...	R\$ .....,...
4	FIAT, Modelo PALIO HLX; Placa CMW9931; Ano 2005/2006	1	0	Não	100% da Tabela FIPE	5	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....,...	R\$ .....,...
5	NISSAN, Modelo FRONTIER; Placa CMW9A13; Ano 2004/2004	1	0	Não	100% da Tabela FIPE	5	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....,...	R\$ .....,...
6	GM, Modelo BLAZER; Placa DBA2798; Ano 2001/2002	1	0	Não	100% da Tabela FIPE	5	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....,...	R\$ .....,...

7	PEUGEOT, Modelo HOGGAR; Placa DJL1744; Ano 2010/2011	1	0	Não	100% da Tabela FIPE	2	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....,...	R\$ .....,...
8	PEUGEOT, Modelo HOGGAR; Placa DJL1745; Ano 2010/2011	1	0	Não	100% da Tabela FIPE	2	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....,...	R\$ .....,...
9	NISSAN, Modelo GRAND LIVINA; Placa DJM0546; Ano 2010/2011	1	0	Não	100% da Tabela FIPE	7	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....,...	R\$ .....,...
10	NISSAN, Modelo GRAND LIVINA; Placa DJM0547; Ano 2010/2011	1	0	Não	100% da Tabela FIPE	7	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....,...	R\$ .....,...
11	NISSAN, Modelo LIVINA; Placa DJL6998; Ano 2010/2011	1	0	Não	100% da Tabela FIPE	5	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....,...	R\$ .....,...
12	NISSAN,	1	0	Não	100%	5	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....,...	R\$ .....,...



	Modelo LIVINA; Placa DJL6999; Ano 2010/2011				da Tabela FIPE								
13	VW, Modelo AMAROK; Placa DJM3433; Ano 2012/2012	1	0	Não	100% da Tabela FIPE	5	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....,...	R\$ .....,...
14	FIAT, Modelo DOBLO; Placa DJM6664; Ano 2013/2013	1	0	Não	100% da Tabela FIPE	7	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....,...	R\$ .....,...
15	FIAT, Modelo DOBLO; Placa DJM6672; Ano 2013/2013	1	0	Não	100% da Tabela FIPE	7	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....,...	R\$ .....,...
16	FIAT, Modelo DOBLO; Placa DJM6690; Ano 2013/2013	1	0	Não	100% da Tabela FIPE	7	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....,...	R\$ .....,...
17	PEUGEOT, Modelo BOXER; Placa DJP0027;	1	0	Não	100% da Tabela FIPE	3	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....,...	R\$ .....,...

	Ano 2005/2005												
18	RENAULT, Modelo KANGOO; Placa DJP0074; Ano 2009/2009	1	0	Não	100% da Tabela FIPE	2	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....,...	R\$ .....,...
19	GM, Modelo S10; Placa DJP2006; Ano 2006/2006	1	0	Não	100% da Tabela FIPE	5	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....,...	R\$ .....,...
20	GM, Modelo ASTRA; Placa DJP5279; Ano 2007/2007	1	0	Não	100% da Tabela FIPE	5	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....,...	R\$ .....,...
21	GM, Modelo ASTRA; Placa DJP5401; Ano 2007/2007	1	0	Não	100% da Tabela FIPE	5	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....,...	R\$ .....,...
22	VW, Modelo S-5140; Placa DJP5411; Ano 2006/2007	1	0	Não	100% da Tabela FIPE	3	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....,...	R\$ .....,...
23	GM, Modelo ASTRA; Placa	1	0	Não	100% da	5	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....,...	R\$ .....,...

	DJP5443; Ano 2007/2007				Tabela FIPE								
24	RENAULT, Modelo CLIO; Placa DJP7568; Ano 2008/2008	1	0	Não	100% da Tabela FIPE	5	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....,...	R\$ .....,...
25	RENAULT, Modelo CLIO; Placa DJP7569; Ano 2008/2008	1	0	Não	100% da Tabela FIPE	5	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....,...	R\$ .....,...
26	PEUGEOT, Modelo BOXER; Placa EEF0112; Ano 2008/2009	1	0	Não	100% da Tabela FIPE	15	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....,...	R\$ .....,...
27	GM, Modelo S 10; Placa FQT3227; Ano 2014/2014	1	0	Não	100% da Tabela FIPE	5	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....,...	R\$ .....,...
28	FIAT, Modelo DUCATO; Placa HEE3386; Ano 2006/2007	1	0	Não	100% da Tabela FIPE	3	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....,...	R\$ .....,...

29	FORD, Modelo Ranger; Placa GFT3H55 Ano 2022/2023	1	0	Não	100% da Tabela FIPE	5	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....,...	R\$ .....,...
30	FORD, Modelo Ranger; Placa FVJ9E42 Ano 2022/2023	1	0	Não	100% da Tabela FIPE	5	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....,...	R\$ .....,...
31	FORD, Modelo Ranger; Placa ELH7G81 Ano 2022/2023	1	0	Não	100% da Tabela FIPE	5	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ .....,...	R\$ .....,...
<b>TOTAL PREÇO UNITÁRIO</b>													R\$ .....,...

Nota: RCF - Responsabilidade Civil Facultativa; APP - Indenização por morte ou invalidez permanente

Item	Descrição/Especificação	<a href="#">CATÁLOGO</a>	Unidade de Medida	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Seguro para a frota de veículos oficiais do IPEN - Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza, e assistência	22764	Serviço	1	R\$ .....,...	R\$ .....,...

Item	Descrição/Especificação	<a href="#">CATÁLOGO</a>	Unidade de Medida	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
	24 horas, e serviço de monitoramento por meio de rastreamento em tempo real de 23 dos veículos.					
2	Franquia de casco e vidros de seguro total para veículos	22764	Serviço	1	R\$ 4.350,00	R\$ 4.350,00*
<b>VALOR TOTAL</b>						<b>R\$ .....,...</b>

\*Nota: O valor estimado para a cobertura das Franquias (Item 2) do grupo acima citado é fixo e independente de valor de lance ofertado, foi estimado em 15% (quinze por cento) do preço total do item 1. Não serão objeto de formulação de preços e lances pelos licitantes, uma vez que sua finalidade é eminentemente operacional e relacionada a execução orçamentária e financeira do órgão, particularmente nas atividades vinculadas a empenho, liquidação e pagamento de despesas.

### 2.1.1 - Anexos da Proposta:

( **X** ) Certidão de corretores expedido pela SUSEP no site <http://www.susep.gov.br/menu/corretor-de-seguros/emissao-de-certidao>

( ) Atestado de vistoria emitido pelo IPEN;

( ) Declaração de Pleno Conhecimento das Condições de Vistoria;

( **X** ) Atestado(s) de capacidade técnica.

## 3 - VALIDADE DA PROPOSTA

**3.1** - Esta proposta é válida por **60 (sessenta) dias**, a contar do dia de hoje, data de apresentação desta proposta.

#### **4 - PRAZO DE EXECUÇÃO**

**4.1** - Em consonância com o **Anexo I – Termo de Referência**, o **início dos serviços deverá ocorrer até 15 (quinze) dias após a assinatura do Contrato**, contados a partir do recebimento, pelo fornecedor, da Nota de Empenho/Ordem de Início de Serviço.

#### **5 – DECLARAÇÃO**

**5.1** - Declaramos que em nossos preços estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para a perfeita execução do objeto, inclusive despesas com frete, mão de obra, seguros em geral, encargos da Legislação Social Trabalhista, Previdenciária, da Infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por qualquer dano causado a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, emolumentos, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto, bem como nosso lucro, conforme especificações contidas no Aviso de Dispensa Eletrônica, sem que caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao IPEN-CNEN.

**5.2** - Declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em tela e nossa plena concordância com as condições estabelecidas na Dispensa Eletrônica e seus anexos.

#### **6 - DADOS DA LICITANTE**

CNPJ/MF: \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. \_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_

Razão Social: .....

Endereço: .....

Dados Bancários: Banco: ....., Agência: ....., Conta-Corrente: .....

Optante Simples (SIM ou NÃO): .....

Telefones: (...) ..... - .....

E-mail: .....@.....

Web Site: .....

## **7 - REPRESENTANTE LEGAL**

Nome: .....

Cargo/Função: .....

Carteira de Identidade: Número: ....., Emissor: .....

CPF: .....-.....

Naturalidade: .....

Telefone: (...) ..... - .....

E-mail: .....@.....



**Anexo V - ANEXO E.pdf**

## **ANEXO E — Modelo de Instrumento de Medição de Resultado – IMR**

### **Anexo V-B da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 26 de maio de 2017**

Para efeito de recebimento definitivo, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato (item 4 do ANEXO VIII—A da Instrução Normativa SEGES-MPDG nº 05, de 26/05/2017)

**Tabela 1 – Grau Multa Diária**

<b>GRAU</b>	<b>CORRESPONDÊNCIA</b>
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

**Tabela 2 – Grau de Infração**

<b>INFRAÇÃO</b>		
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>GRAU</b>
<b>1</b>	Permitir situação que crie a possibilidade de causar perda da informação ou dado registrado, ou qualquer dano físico, ambiental ou econômico por ocorrência;	<b>05</b>
<b>2</b>	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	<b>04</b>
<b>3</b>	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	<b>03</b>
<b>4</b>	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	<b>02</b>
Para os itens a seguir, deixar de:		
<b>5</b>	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	<b>02</b>
<b>6</b>	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	<b>01</b>

<b>7</b>	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	<b>03</b>
<b>8</b>	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	<b>01</b>
<b>9</b>	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	<b>01</b>

**Anexo VI - Estudo Técnico Preliminar n\_ 157\_2022  
SIGILOS0.pdf**

# Estudo Técnico Preliminar 157/2022

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 01342001492/2023-47

## 2. Descrição da necessidade

2.1 - O presente documento tem como finalidade fundamentar a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de seguros automotivos das viaturas lotadas no Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares - IPEN.

2.2 - O Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN/CNEN-SP) caracteriza-se por sua multiplicidade de atuação nas áreas da saúde, meio ambiente, aplicações de técnicas nucleares, segurança radiológica, reatores nucleares e fontes alternativas de energia. Na área da saúde são realizados anualmente três milhões de procedimentos médicos com radiofármacos produzidos no IPEN, tendo como principal finalidade o diagnóstico e tratamento de câncer.

Visando manter estas imprescindíveis demandas, faz-se necessário a contratação de empresa que preste serviço de cobertura de seguro total aos veículos da instituição, uma vez que durante suas atividades a mesma circula assiduamente em locais de tráfego muito intenso, áreas urbanas, cidades do interior e rodovias, estando propensa a possíveis eventualidades como sinistros e consequentes indenizações, por danos pessoais e materiais, causar danos ao patrimônio da União e a terceiros, a contratação do seguro proporcionará maior segurança no caso de envolvimento em sinistros, possibilitando maior facilidade e agilidade na recuperação e eventual ressarcimento a terceiros.

A empresa contratada também deverá prever o acréscimo de novos veículos na apólice ou suprimento, pois a frota da instituição passa por renovações de forma sazonal.

2.3 - Fundamentação Legal: Lei nº 14.133, de 01/04/2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 08/07/2021; do Decreto-Lei nº 73 de 21/11/1966 que trata do Sistema Nacional de Seguros Privados - SUSEP e, em especial a Resolução CNSP nº 422, de 11/11/2021, Circular SUSEP nº 529, de 25/02/2016; Circular SUSEP nº 621, de 12/02/2021 e a Circular SUSEP nº 639, de 09/08/2021.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DINFR - Departamento de Infraestrutura	Marcos Santos da Silveira

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 - São requisitos da contratação:

4.1.1 - Comprovação de aptidão (Atestado de Capacidade Técnico-Operacional) de que a licitante já tenha fornecido serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto da licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

4.1.2 - Ato de registro ou autorização para a operação de seguros, expedido pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), nos termos do art. 36 do Decreto-Lei nº 73 de 21/11/1966, em plena validade;

4.2 - Natureza da contratação:

4.2.1 - Os serviços objeto da presente licitação na modalidade pregão eletrônico são classificados como **serviços comuns**, tendo em vista que os padrões de qualidade e desempenho estabelecidos neste ato convocatório podem ser aferidos no mercado de consumo.

**4.3 - Não poderão participar desta licitação** pessoa física ou jurídica **que não seja constituídas na forma de Sociedade Anônima - S/A** (Lei nº 6.404, de 15/12/1976) como Seguradora, subscrevendo riscos de coisas, pessoas, bens, responsabilidades, obrigações, direitos e garantias, e que, atendendo às exigências previstas no Decreto Lei nº 73, de 21/11/1966, e nas normas aplicáveis à atividade de seguro e cosseguro emitidas pelo CNSP e pela SUSEP (*em especial a Resolução CNSP nº 422, de 11/11/2021, e a Circular SUSEP nº 529, de 25/02/2016*), tenha sido autorizado pelo órgão supervisor de seguros ([https://www2.susep.gov.br/menuatendimento/procura\\_2011.asp](https://www2.susep.gov.br/menuatendimento/procura_2011.asp)) para realizar operações de seguro e cosseguro.

**4.3.1 - Poderão participar** deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

**4.3.1.1 - Os licitantes** deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

**4.4 - Critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL.**

**4.5 - O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,01% (um centésimo percentual)**.

**4.6 - Regime de Execução:** Empreitada por **PREÇO UNITÁRIO**.

**4.6.1 - Conforme** relação dos 31 (trinta e um) veículos, a opção por realizar o regime de execução do contrato por Empreitada por Preço Unitário. Justificamos que o valor do seguro (Prêmio) está relacionado ao risco de ocorrer um sinistro para um determinado veículo, em uma determinada área, com um determinado tipo de motorista. Para possibilitar o cálculo de cada seguro automotivo, as empresas consideram os seguintes pontos: modelo do veículo; local da garagem do IPEN; local de tráfego; local de estacionamento do veículo; perfil do motorista; histórico de sinistros; uso do veículo; franquia escolhida; dentre muitos outros fatores. O cálculo desse risco são realizados cálculos atuariais, onde se utiliza de dados estatísticos, probabilidade, e métodos matemáticos. Geralmente para fazer a cotação do seguro, é necessário dados ao Corretor de Seguros habilitado pela Seguradora.

Desta forma, para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato apurará o resultado das avaliações da execução de cada veículo (objeto da contratação), e se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores (Prêmio e eventuais Franquias) a serem pagos à Seguradora, registrando em relatório a ser encaminhado ao Gestor do Contrato.

## 5. Levantamento de Mercado

**5.1 - O levantamento de mercado** foi realizada pelo DINFR - Divisão de Infraestrutura através de pesquisa de preços nos termos do Capítulo II da Instrução Normativa ME nº 65, de 07/07/2021.

**5.1.1 - Foram** levantadas as condições do mercado para fornecimento dos serviços conforme condições estabelecidas na minuta do Termo de Referência, junto às empresas do ramo, sendo consultadas empresas responderam conforme orçamentos anexos nos autos do processo SEI nº **01342.001492/2023-47**, não havendo limitação para fornecimento dos serviços (objeto da contratação) para a área requisitante.

**5.1.2 - Para** levantamento das condições de fornecimento no mercado, foram observadas:

**I)** Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços (<https://paineldeprescos.planejamento.gov.br/>), observado o índice de atualização de preços correspondente; consulta parametrizada no SICAF (<https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/sicaf-digital>), cadastro de fornecimentos anteriores em processos do IPEN, e demais redes de serviços de busca da rede internet;

**II)** Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente (IPCA);

**III)** Pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

**IV)** Condições comerciais praticadas, incluindo prazos e locais de entrega, execução do serviço, formas de pagamento, fretes, garantias exigidas e marcas e modelos, conforme estabelecido no Termo de Referência, bem como análise da resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto;

V) Utilização de método para obtenção do preço estimado, através da mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados, utilizando desvio padrão absoluto para cálculos dos: Preços Máximo (Média + Desvio Padrão); Preços Estimado (Média); Menores Preços (Média – Desvio Padrão) dos itens de cada serviço, que pode ser combinado com Pannel de Preços, Contratações Similares e Pesquisa Direta Fornecedores, até o limite de variação em relação a mediana de 25% (vinte e cinco por cento) conforme orientação nos procedimentos para definição de preços referenciais do TCU.

VI) Identificação do agente responsável pela cotação; caracterização das fontes consultadas; análise da série de preços coletados;

VII) Documentos fiscais ou instrumentos contratuais de objetos idênticos, comercializados pela futura contratada, emitidos no período de até 1 (um) ano anterior à data da autorização; e tabelas de preços vigentes divulgadas pela futura contratada em sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, contendo data e hora de acesso, no caso possibilidade de enquadramento por inexigibilidade.

5.1.3 - Foram obtidos os valores conforme documentos instruído nos autos do processo, conforme **Instrução Normativa ME nº 65, de 07/07/2021**, conforme **Tabela 3** deste Estudo Técnico Preliminar.

5.2 - A fim de analisar como vêm sendo conduzidos os processos de contratação de prestação de serviços de "**Seguro Automotivo**" pela Administração pagamento em contratos sem dedicação de mão de obra exclusiva, foram verificados modelos de contratação em diversos Órgãos e Entidades públicos.

5.3 - A análise baseia-se nos Termos de Referência de contratações vigentes de Órgãos e Entidades públicas, cujas características de serviços são semelhantes à demanda especificada no objeto desta pretensa contratação. Também foram buscadas diante do mercado fornecedor as práticas em voga para esse tipo de contratação, ou seja, o que o mercado tem a oferecer para o tipo de serviço pretendido. Das alternativas para contratação dos serviços, somente poderá ser contratada através de **empresas autorizadas** pela **SUSEP - Superintendência de Seguros Privados**, devendo atender as disposições do **Decreto-Lei nº 73 de 21/11/1966** que trata do Sistema Nacional de Seguros Privados - SUSEP e, em especial, as da **Circular SUSEP nº 621, de 12/02/2021** e **Circular SUSEP nº 639, de 09/08/2021**.

5.4 - **Cenário Possível** - Contratação em **Lote Único**, baseada em **Unidade de Serviço**

Esta opção mantém as características da contratação em lote único, ou seja, única empresa Contratada responsável pela execução de todos os serviços, porém com remuneração baseada em Unidade de Serviço. Essa remuneração está classificada no rol daquelas por esforço, pois os serviços são uma conversão dos fatores esforço (contrato ou negociação, evento, relatório, etc) e complexidade envolvidos na execução das atividades técnicas de auditoria médica (presencial ou remota).

A Unidade de Serviço é maleável de acordo com cada instituição Contratante, baseia-se em tempo e complexidade de execução e aplica-se a tarefas pré-definidas, que são decompostas em atividades em rotinas de verificação do comprimento das obrigações necessárias à gestão da Apólice de Seguro.

A adoção do valor de referência unitário (por Unidade de Serviço) visa a facilitar a contabilização dos serviços. Exigirá do Fiscal Setorial (DINFR) e dos Fiscais Técnico do Contrato a devida atenção para a liberação do correspondente valor de cada um dos requisitos relativos à Seguro Automotivo e gestão da Frota de Veículos do IPEN, conforme disponibilidade do serviço, sua complexidade e periodicidade de sua demanda. Caberá à Contratada no acompanhamento dos aspectos técnicos (Seguro Automotivo) da execução dos serviços de gestão de frota, observar a tolerância ou transigência das empresas no cumprimento das obrigações técnicas e normativas à área da saúde, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento, e orientar formalmente de forma circunstanciada exclusiva ao Fiscal do Contrato sobre os fatos e providências de qualquer pendência das viaturas, não consistindo do ora obrigado as empresas credenciadas do Seguro Automotivo em novação, renúncia ou modificação, ficando convencionado, para todos os fins de direito, que o fato será ato de mera liberalidade, em caráter precário e limitado, renunciando as empresas ao direito de invocá-los em seu benefício.

Em suma, o modelo de remuneração por Unidade de Serviço, baseado no esforço do atendimento de cada demanda (pela quantidade mensal de serviços de seguro automotivo - Apólice), demonstra ser de baixo custo operacional, representando um baixo custo administrativo no tocante à fiscalização, pois, nesse caso, é preciso entrar no mérito que os cumprimentos das obrigações trabalhistas de cada usuário foi verificado e executado, e, caso o tenha sido, com qual qualidade aferida, não abrangendo algumas outras relevantes questões acerca da temática (possibilidade de responsabilização solidária do tomador de serviços ente público em caso de terceirização ilícita; ônus da prova da prestação do serviço em prol da empresa tomadora etc.) uma vez que sobre todas estas incide o elemento normativo de natureza jurídico-administrativa que gera a necessidade da culpa *in vigilando* ou *in eligendo* para a responsabilização subsidiária do tomador de serviços ente público e que suscita as dúvidas em torno do ônus probatório atinente.

5.4.1 - Para o balizamento de preços baseado em Contratos já firmados por outras Instituições governamentais, utilizaram-se processos em que o objeto é a contratação em lote único para prestação dos serviços correlacionados a "**Seguro Automotivo**" sem dedicação de mão de obra exclusiva. Ressalvada a complexidade e imprecisão de comparar os editais entre si e entre a necessidade do IPEN, de forma empírica é possível estimar que se aproximam das necessidades do IPEN. Por essa análise,

verifica-se que a Contratação tem ordem de grandeza estimada em **R\$ 87.657,17** (oitenta e sete mil, seiscientos e cinquenta e sete Reais e dezessete centavos) para o período de **12 (doze) meses sem franquia**, já considerados os valores finais da Pesquisa de Preços realizada com empresas da iniciativa privada, visando a harmonizar critérios compatíveis com aqueles defendidos pelos termos da **Instrução Normativa ME nº 65, de 07/07/2021**, que de forma empírica se aproxima dos valores obtidos na pesquisa de preços, conforme demonstrado no **Anexo IV** deste ETP.

## 6. Descrição da solução como um todo

**6.1** - O fornecimento da prestação de serviços licitado trata-se de serviço continuado e de natureza comum.

**6.2** - A escolha da solução como um todo, abrange a prestação do serviço de contratação de seguro automotivo para atendimento das necessidades das viaturas lotadas no IPEN/CNEN, na modalidade Valor de Mercado Referenciado (**100% Tabela FIPE**) com cobertura adicional de assistência 24 horas.

**6.3** - Considerando o histórico de contratação anteriores no âmbito do IPEN/CNEN efetuadas com critério de julgamento aplicado a valor global do conjunto de seguros para obter a maior Economia de Escala, a Equipe de Planejamento entendeu e decidiu sobre a vantagem para Administração Pública pela contratação via **Pregão Eletrônico (inciso I, artigo 28 da Lei nº 14.133, de 01/04/2021)** com Julgamento Global.

**6.4** - Seguro na modalidade Valor de Mercado Referenciado (**100% Tabela FIPE**) com cobertura adicional de assistência **24 horas**.

**6.5** - Coberturas a contratar e valor máximo de indenização:

**Tabela 1 - Condições e referências**

Cobertura	Valores de Referência
<b>Básica-Colisão/Incêndio/Roubo/Furto</b>	100% FIPE
<b>Danos Materiais</b>	R\$ 200.000,00
<b>Danos Corporais</b>	R\$ 100.000,00
<b>Acidente Pessoa de Ocupantes - Morte Acidental</b>	R\$ 50.000,00
<b>Acidente Pessoal de Ocupantes - Invalidez Permanente</b>	R\$ 50.000,00
<b>Vidros, faróis, para-choque, retrovisores</b>	Completo
<b>Guincho</b>	Km Livre
<b>Franquia de casco</b>	Reduzida

**6.6** - O seguro deverá cobrir, no mínimo, os riscos provenientes da circulação do bem segurado, as despesas indispensáveis ao seu salvamento e transporte até a oficina autorizada pelo fabricante do mesmo, e as indenizações ou prestações de serviços oferecidos pela seguradora correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, constantes dos subitens seguintes:

**6.6.1** - Roubo ou furto total, assim como os danos causados por tentativas de roubo ou furto, incluindo os vidros;

**6.6.2** - Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento envolvendo direta ou indiretamente o bem segurado;

**6.6.3** - Raio e suas consequências;

**6.6.4** - Incêndio e explosão, inclusive os causados por atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;

**6.6.5** - Queda em precipícios ou pontes;

**6.6.6** - Queda de agentes externos sobre o veículo;

**6.6.7** - Acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado;

**6.6.8** - Submersão total ou parcial proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;

**6.6.9** - Granizo;

**6.6.10** - Danos causados durante tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros;



**6.6.11** - RCFV (danos pessoais e danos materiais) e Acidentes Pessoais de Passageiros - APP (morte e invalidez);

**6.6.12** - Acessórios não referentes a som e imagem, exceto os originais de fábrica;

**6.6.13** - Acidente com o veículo segurado, nas dependências do IPEN;

**6.6.14** - “Assistência 24 horas” ao segurado, em caso de pane ou colisão do veículo, dentro e fora do estado de São Paulo, com os seguintes serviços:

a) o serviço de chaveiro, quando o veículo não puder ser aberto em virtude da perda ou extravio das chaves, seu esquecimento no interior do veículo, ou quebra na fechadura, na ignição ou tranca de direção. O serviço será prestado mediante o envio de chaveiro ao local do evento;

b) reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica;

c) transporte da pessoa segurada por imobilização do veículo segurado;

d) transporte da pessoa segurada por roubo ou furto do veículo segurado; e

e) outros direitos previstos na apólice, não mencionados no presente Estudo Preliminar.

**6.6.15** - Calço hidráulico.

**6.6.16** - Serviço de proteção a vidros blindados, lanternas e faróis.

**6.6.17** - O envio de 5 (cinco) litros de combustível, em virtude de pane seca, até o local onde se encontra o veículo. O presente serviço tem limite de 3 (três) acionamentos por vigência da apólice.

**6.7** - Os veículos objeto deste Estudo Preliminar, empregados nas atividades operacionais e administrativas são conduzidos exclusivamente por motoristas deste órgão.

**6.8** - Os veículos enquanto no IPEN permaneceram recolhidos, e em estacionamento privativo, fechado e coberto.

**6.9** - As principais regiões de circulação dos veículos serão a Região metropolitana de São Paulo/SP, porém, nos casos de sinistro, a cobertura do seguro abranger todo território nacional.

**6.10** - Demais condições gerais:

**6.10.1** - Considera-se perda total quando o valor estimado para reparação for igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor da importância segurada do veículo.

**6.10.2** - A modalidade de seguro a ser contratado é a de valor de mercado.

**6.10.3** - O condutor é indeterminado, sendo qualquer funcionário do IPEN legalmente autorizado e habilitado.

**6.10.4** - As condições do seguro aplicam-se única e exclusivamente a sinistros ocorridos no território nacional.

**6.10.5** - A seguradora poderá oferecer outras garantias e vantagens adicionais como bônus na renovação e outras, desde que não onerem o prêmio estabelecido na proposta apresentada.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

**7.1** - Atualmente o IPEN possui **31 (trinta e um) veículos oficiais** destinados a atender às necessidades de transporte administrativo e emprego operacional. Estes veículos estão sujeitos a acidentes que podem causar danos ao patrimônio da União e a terceiros, a contratação de seguro total desta frota proporcionará maior segurança no caso de envolvimento em sinistro, possibilitando maior facilidade e agilidade na recuperação dos veículos bem como o eventual ressarcimento a terceiros.

**7.2** - A quantidade foi definida visando a cobertura de seguros de veículos constantes da seguinte frota:

**Tabela 2 - Descrição da Frota**

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

ITEM	MARCA	MODELO	PLACA	ANO	SINISTRO	CLASSE BÔNUS	Nº Passageiros	Nº FIPE	CHASSI
1	FORD	F 1000	BRZ2926	1994 /1994	Não	0	2	0030457	8AFBTNM32RJ077096
2	FORD	CAMINHÃO	BSV4988	1988 /1988	Não	0	3	5040620	9BFXXLM8JDB74970
3	MERCEDES	SPRINTER	BVZ9224	1997 /1997	Não	0	15	211176	8AC690341VA508480
4	NISSAN	FRONTIER	CMW9A13	2004 /2004	Não	0	5	230472	94DCMUD224J530698
5	FIAT	PALIO	CMW9931	2005 /2006	Não	0	5	12106	9BD17301A64149316
6	GM	BLAZER	DBA2798	2001 /2002	Não	0	5	42048	9BG116AX02C405584
7	PEUGEOT	HOGGAR	DJL1744	2010 /2011	Não	0	2	241709	9362VKFWXBB042174
8	PEUGEOT	HOGGAR	DJL1745	2010 /2011	Não	0	2	241709	9362VKFWXBB042163
9	NISSAN	LIVINA	DJL6998	2010 /2011	Não	0	5	230936	94DTAFL10BJ581539
10	NISSAN	LIVINA	DJL6999	2010 /2011	Não	0	5	230936	94DTAFL10BJ600005
11	NISSAN	GRAND LIVINA	DJM0546	2010 /2011	Não	0	7	230960	94DJBYL10BJ680464
12	NISSAN	GRAND LIVINA	DJM0547	2010 /2011	Não	0	7	230960	94DJBYL10BJ673532
13	VW	AMAROK	DJM3433	2012 /2012	Não	0	5	56406	WV1DB42H7DA011332.
14	FIAT	DOBLO	DJM6664	2013 /2013	Não	0	7	13536	9BD119609D1104342

15	FIAT	DOBLO	DJM6672	2013 /2013	Não	0	7	13536	9BD119609D1104317
16	FIAT	DOBLO	DJM6690	2013 /2013	Não	0	7	13536	9BD119609D1104114
17	PEUGEOT	BOXER AMB	DJP0027	2005 /2005	Não	0	3	240931	936232BZ251024011
18	RENAULT	KANGOO	DJP0074	2009 /2009	Não	0	2	251330	8A1FC1U159L177022
19	GM	S10	DJP2006	2006 /2006	Não	0	5	43060	9BG138GJ06C417850
20	GM	ASTRA	DJP5279	2007 /2007	Não	0	5	42560	9BGTR48W07B219086
21	GM	ASTRA	DJP5401	2007 /2007	Não	0	5	42560	9BGTR48W07B216741
22	VW	S-5140	DJP5411	2006 /2007	Não	0	3	5151074	9BWA932P47R702551
23	GM	ASTRA	DJP5443	2007 /2007	Não	0	5	42560	9BGTR48W07B219080
24	RENAULT	CLIO	DJP7568	2008 /2008	Não	0	5	250996	8A1LB8E058L017031
25	RENAULT	CLIO	DJP7569	2008 /2008	Não	0	5	250996	8A1LB8E058L016996
26	PEUGEOT	BOXER	EEF0112	2008 /2009	Não	0	15	240931	936ZCPMNC92039137
27	GM	S 10	FQT3227	2014 /2014	Não	0	5	44130	9BG148EP0EC456533
28	FIAT	DUCATO	HEE3386	2006 /2007	Não	0	3	11908	93W244F1372013126
29	FORD	RANGER	GFT3H55	2022 /2023	Não	0	5	33642	8AFAR23S6PJ313781
30	FORD	RANGER	FVJ9E42	2022 /2023	Não	0	5	33642	8AFAR23S1PJ313753
31	FORD	RANGER	ELH7G81	2022 /2023	Não	0	5	33642	8AFAR23S7PJ313725

\* <https://veiculos.fipe.org.br/>

Total de veículos cobertos: **31 (trinta e um) unidades**

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

8.1 - O valor total da contratação do serviço está estimada em **R\$ 87.657,17 (oitenta e sete mil, seiscentos e cinquenta e sete Reais e dezessete centavos)**, incluindo prêmio do Seguro (Item 1) estimativa de cobertura de Franquia (item 2).

8.2 - Em caso de sinistro, o valor da franquias ficou estimado em 25% para o item 2 do grupo 1, totalizando um valor de **R\$ 17.531,43 (dezessete mil, quinhentos e trinta e um Reais e quarenta e três centavos)**.

8.3 - Nos valores acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Tabela 3 - Valores de Referência

Item	Descrição/Especificação	Código Catálogo	Unidade de Medida	Quantidade	Preço Unitário	Valor de Referência
1	Seguro para a frota de veículos oficiais do IPEN - Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza, e assistência 24 horas.	22764	Serviço	1	R\$ 70.125,74	R\$ 70.125,74
2	Franquia de casco e vidros de seguro total para veículos	22764	Serviço	1	*R\$ 17.531,43	R\$ 17.531,43**
TOTAL						<b>R\$ 87.657,17</b>

\* O valor estimado para a cobertura das Franquias (Item 2) do grupo acima citado é fixo e independente de valor de lance ofertado, foi estimado em 25% (vinte e cinco por cento) do preço total do item 1. Não serão objeto de formulação de preços e lances pelos licitantes, uma vez que sua finalidade é eminentemente operacional e relacionada a execução orçamentária e financeira do órgão, particularmente nas atividades vinculadas a empenho, liquidação e pagamento de despesas.

\*\* Os preços estimados da planilha serão os considerados como máximos para aceitação da proposta pelo IPEN.

\*\*\* <https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca>

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 - A contratação do seguro de frota de veículos será realizada com a composição de 1 (um) grupo de viaturas lotadas no IPEN, para atendimento as atividades finalísticas do órgão, sobre a administração da **DINFR - Divisão de Infraestrutura/Transporte & Logística**, e facilitar o controle e a execução dos contratos, uma vez que, a contratação por itens ocasionaria uma possível contratação de dezenas de seguradoras, tornando complexa a gestão e fiscalização dos mesmos.

9.2 - O parcelamento do objeto de acordo com a Lei deve ser feito em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis. Nota-se que não é tecnicamente viável fazer várias licitações com o mesmo contexto, pois além de possivelmente acarretar conflito entre os fornecedores, diferença na qualidade dos serviços, dificuldades na gestão dos contratos. O serviço será contratado como item único e de forma indivisível. Esta forma visa ganhos em termos de economia de escala, visto que maior quantidade de itens de mesma natureza, propicia condições de propostas mais vantajosas. Importante ainda

considerar a otimização da gestão e fiscalização contratual tendo como resultado apenas uma contratação, que se tornaria menos eficiente em um cenário onde uma única necessidade tivesse a solução fragmentada em inúmeros contratos. Além disso, a conciliação das informações será melhor realizada pela mesma equipe de profissionais, com emissão de relatórios e tratativas das informações por apenas uma equipe (da empresa contratada).

**9.1.2** - Quanto ao aspecto de parcelar a solução com base a remuneração baseada em valor fixo mensal, é salutar observar que, nesse caso, não haverá simplesmente o pagamento pelo serviço prestado, qual seja ele. É imprescindível que, nesse caso, haja a definição de contrapartidas, que, usualmente, são estabelecidas mediante medição de resultado durante a gestão e fiscalização do contrato, e se dará mediante o estabelecimento e acompanhamento de indicadores de desempenho, disponibilidade e qualidade, que irá compor o **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)** entre o Contratante (IPEN) e a Empresa Contratada.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

**10.1** - No escopo do processo como um todo, **não se faz necessário proceder a outras contratações com empresas diversas para se atingir o fim almejado**. O Portal de Compras Governamentais define que contratações correlatas são aquelas que guardam relação com o objeto principal, interligando-se a essa prestação do serviço, mas que não precisam, necessariamente, ser adquiridas para a completa prestação do objeto principal.

A Instrução Normativa nº 3, de 11/02/2015, traz no inciso XII do art. 2º, o conceito e alguns exemplos de serviços correlatos ao agenciamento de passagens aéreas - transportes terrestres e aquaviários, aluguel de veículos, hospedagem, seguro de viagem, dentre outros. Já as contratações interdependentes são aquelas que precisam ser contratadas juntamente com o objeto principal para sua completa prestação. Portanto, o objeto da contratação não possui contratações correlatas e/ou interdependentes.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

**11.1** - O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2023**, conforme detalhamento a seguir:

**I)** ID PCA no PNCP: **00402552000126-0-000002/2023**;

**II)** Data de publicação no PNCP: **19/05/2023**;

**III)** Id do item no PCA: **1253**;

**IV)** Classe/Grupo: 713 - SERVIÇOS DE SEGUROS E DE PENSÕES(EXCETO SERVIÇO DE RESEGURO)EXCETO SERVIÇOS DE SEGURIDADE SOCIAL COMPULSÓRIA;

**V)** Identificador da Futura Contratação: **113202-66/2023**.

<https://pncp.gov.br/app/pca/00402552000126/2023/2>

**11.2** - As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de **2023**, na classificação abaixo:

PT (Programa de Trabalho): **19.662.2206,2478.0001 - Produção e Fornecimento de Radiofármacos - Nacional**

PO (Plano Orçamentário): **0000 Produção e Fornecimento de Radiofármacos no País**

AÇÃO: **2478 - Produção e Fornecimento de Radiofármacos no País**

PTRES: **168744**

FONTE: **100**

ED/SUBITEM: **339039-69 - Seguros em Geral**

PI: (Plano Interno): **24780000013**

## 12. Resultados Pretendidos

**12.1** - A contratação de empresa para a prestação de serviço de seguro total de frota automotiva proporcionará maior segurança ao patrimônio do IPEN no caso de envolvimento em sinistros, possibilitando maior facilidade e agilidade na recuperação dos veículos em oficinas especializadas, bem como o eventual ressarcimento a terceiros.

## 13. Providências a serem Adotadas

**13.1** - Gestão adequada do Contrato pelos requisitantes do IPEN, cabendo durante a gestão dos itens, registrar no exercício subsequente no **PAC - Plano Anual de Contratação** no sistema PGC - Planejamento e Gerenciamento de Contratações subsequente ao término da vigência do Termo Contratual, conforme §3º do artigo 19º da Portaria DIPEN nº 17, de 23/01/2020.

**13.2** - Recomenda-se que Fiscais Setoriais, Fiscal Técnico e Gestor de Execução do Contrato sejam orientados **antes do início da vigência do contrato (Apólice)** com auxílio **DINFR - Divisão de Infraestrutura** e as normas e leis consultadas para a sua elaboração, e a DINFR local deverá promover a orientação. Servidor especialista na área técnica da contratação poderá esclarecer informações quando necessário.

Recomenda-se verificar necessidade de adequação do ambiente onde os serviços serão realizados relativos à segurança do trabalho com servidor habilitado. Faz-se necessário que a SECLI - Serviço de Gestão de Contratos e Licitações verifique, antecipadamente, a disponibilidade dos servidores capacitados que atuarão nas funções descritas nos termos da Lei nº 14.133, de 01/04/2021, que trata da segregação de funções para atuação na gestão e fiscalização contratual:

**Gestão da Execução do Contrato:** é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros;

**Fiscalização Técnica:** é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo Público Usuário;

**Fiscalização Administrativa:** é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços nos contratos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

**Fiscalização Setorial:** é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade.

A Fiscalização Administrativa poderá ser feita pelo Gestor da Execução do Contrato.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

**14.1** - Critérios e práticas de sustentabilidade que devem ser veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada:

**14.1.1** - A contratada deverá sempre que possível apresentar os conteúdos e resultados produzidos (relatórios, apresentações, etc) de forma eletrônica, e assim evitar a impressão de documentos, atendendo ao **Decreto nº 8.539 de 08/10/2015** que dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

**14.1.1.1** - Ainda considerando o impacto ambiental da execução das atividades, o planejamento e metodologia das auditorias /atividades e preparação das programações, a contratada deverá aplicar as melhores técnicas e fazer o uso racional dos recursos, já que estes têm impacto direto em consumo de energia, além de eventualmente na produção de lixo.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

**15.1** - Conforme dados expostos neste estudo preliminar realizado pela Equipe de Planejamento nomeada pela **Portaria DIPEN nº 116, de 29/04/2023, DECLARAMOS** que a contratação proposta pela unidade requisitante é VIÁVEL nos termos da legislação, conforme razões a seguir:

- 1) há orçamento disponível para a contratação no exercício corrente;
- 2) no caso de contratação que possa se estender por vários exercícios, há perspectiva de provimento de recursos ao longo desses exercícios;
- 3) a necessidade da contratação é clara e adequadamente justificada;
- 4) o alinhamento da contratação com os planos do IPEN;
- 5) todos os requisitos relevantes da contratação foram adequadamente levantados e analisados, inclusive o tempo esperado para que a solução esteja disponível para o IPEN;
- 6) as quantidades de itens a contratar estão coerentes com as demandas previstas;
- 7) a análise de mercado foi adequadamente realizada e demonstrou haver capacidade do mercado em atender à necessidade de negócio;
- 8) a escolha do tipo de solução a contratar está devidamente justificada;
- 9) as estimativas preliminares dos preços dos itens a contratar foram feitas e documentadas adequadamente e as despesas fixas após a implantação da solução são consideradas aceitáveis;
- 10) a solução a contratar está devidamente descrita, incluindo todos os elementos necessários para alcançar os resultados pretendidos e atender à necessidade da contratação;
- 11) há justificativas para o não parcelamento da solução, bem como para a forma de parcelamento, se for o caso;
- 12) os resultados pretendidos com a contratação foram devidamente expostos, em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, bem como, se for caso, de melhoria da qualidade de produtos ou serviços, de forma a atender à necessidade da contratação;
- 13) os impactos esperados com a contratação da solução foram identificados e as providências para adequar o ambiente do órgão foram planejadas e são consideradas viáveis e à disponibilidade de pessoal qualificado disponível para gerir o contrato;
- 14) os riscos relevantes foram adequadamente levantados e devidamente mitigados; e
- 15) a relação custo-benefício da contratação é considerada favorável.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ANTONIO CARLOS MARTINS PEREIRA**

INTEGRANTE TÉCNICO



Assinou eletronicamente em 02/08/2023 às 10:12:51.

**MARCOS SANTOS DA SILVEIRA**

INTEGRANTE SETORIAL



Assinou eletronicamente em 02/08/2023 às 10:11:21.

**FIDEL FURTADO SANCHEZ**

INTEGRANTES ADMINISTRATIVOS



*Assinou eletronicamente em 01/08/2023 às 13:52:38.*



## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo A.pdf (203.24 KB)
- Anexo II - Circular SUSEP nº 621, de 12 de fevereiro de 2021.pdf (226.61 KB)
- Anexo III - Circular SUSEP nº 639, de 09 de fevereiro de 2021.pdf (72.19 KB)
- Anexo IV (sigiloso)

**Anexo I - Anexo A.pdf**

## ANEXO A - RELAÇÃO DE VEÍCULOS FROTA DO IPEN/CNEN

ITEM	MARCA	MODELO	PLACA	ANO	SINISTRO	CLASSE BÔNUS	Nº Passageiros	Nº FIPE	CHASSI
1	FORD	F 1000	BRZ2926	1994/1994	Não	0	2	30457	8AFBNTNM32RJ077096
2	FORD	F14000	BSV4988	1988/1988	Não	0	3	5040620	9BFXXXLM8JDB74970
3	MERCEDES	SPRINTER	BVZ9224	1997/1997	Não	0	15	211176	8AC690341VA508480
4	FIAT	PALIO HLX	CMW9931	2005/2006	Não	0	5	12106	9BD17301A64149316
5	NISSAN	FRONTIER	CMW9A13	2004/2004	Não	0	5	230472	94DCMUD224J530698
6	GM	BLAZER S10	DBA2798	2001/2002	Não	0	5	42048	9BG116AX02C405584
7	PEUGEOT	HOGGAR	DJL1744	2010/2011	Não	0	2	241709	9362VKFWXBB042174
8	PEUGEOT	HOGGAR	DJL1745	2010/2011	Não	0	2	241709	9362VKFWXBB042163
9	NISSAN	GRAND LIVINA	DJM0546	2010/2011	Não	0	7	230960	94DJBVL10BJ680464
10	NISSAN	GRAND LIVINA	DJM0547	2010/2011	Não	0	7	230960	94DJBVL10BJ673532
11	NISSAN	LIVINA	DJL6998	2010/2011	Não	0	5	230936	94DTAFL10BJ581539
12	NISSAN	LIVINA	DJL6999	2010/2011	Não	0	5	230936	94DTAFL10BJ600005
13	VW	AMAROK	DJM3433	2012/2012	Não	0	5	56406	WV1DB42H7DA011332
14	FIAT	DOBLO	DJM6664	2013/2013	Não	0	7	13536	9BD119609D1104342
15	FIAT	DOBLO	DJM6672	2013/2013	Não	0	7	13536	9BD119609D1104317
16	FIAT	DOBLO	DJM6690	2013/2013	Não	0	7	13536	9BD119609D1104114
17	PEUGEOT	BOXER AMB	DJP0027	2005/2005	Não	0	3	240931	936232BZ251024011
18	RENAULT	KANGOO	DJP0074	2009/2009	Não	0	2	251330	8A1FC1U159L177022
19	GM	S10	DJP2006	2006/2006	Não	0	5	43060	9BG138GJ06C417850
20	GM	ASTRA	DJP5279	2007/2007	Não	0	5	42560	9BGTR48W07B219086
21	GM	ASTRA	DJP5401	2007/2007	Não	0	5	42560	9BGTR48W07B216741
22	VW	S-5140	DJP5411	2006/2007	Não	0	3	5151074	9BWA932P47R702551
23	GM	ASTRA	DJP5443	2007/2007	Não	0	5	42560	9BGTR48W07B219080
24	RENAULT	CLIO	DJP7568	2008/2008	Não	0	5	250996	8A1LB8E058L017031
25	RENAULT	CLIO	DJP7569	2008/2008	Não	0	5	250996	8A1LB8E058L016996
26	PEUGEOT	BOXER	EEF0112	2008/2009	Não	0	15	240931	936ZCPMNC92039137
27	GM	S 10	FQT3227	2014/2014	Não	0	5	44130	9BG148EP0EC456533
28	FIAT	DUCATO	HEE3386	2006/2007	Não	0	3	11908	93W244F1372013126

29	FORD	RANGER	GFT3H55	2022/2023	Não	0	5	33642	8AFAR23S6PJ313781
30	FORD	RANGER	FVJ9E42	2022/2023	Não	0	5	33642	8AFAR23S1PJ313753
31	FORD	RANGER	ELH7G81	2022/2023	Não	0	5	33642	8AFAR23S7PJ313725

**Anexo II - Circular SUSEP nº 621, de 12 de fevereiro de  
2021.pdf**

**CIRCULAR SUSEP n.º 621 de 12/02/2021**

(Legislação, Cód. 49,130)

**Número:**

621

**Data de Publicação:**

17/02/2021

**Andamento:**

Revoga - CIRCULAR SUSEP 168 31/10/2001  
Revoga - CIRCULAR SUSEP 239 22/12/2003  
Revoga - CIRCULAR SUSEP 256 16/06/2004  
Revoga - CIRCULAR SUSEP 265 16/08/2004  
Revoga - CIRCULAR SUSEP 270 13/10/2004  
Revoga - CIRCULAR SUSEP 278 12/06/2004  
Revoga - CIRCULAR SUSEP 369 01/07/2008  
Revoga - CIRCULAR SUSEP 458 19/12/2012  
Revoga - CARTA CIRCULAR SUSEP / DETEC 5 23/06/2008  
Revoga - CARTA CIRCULAR SUSEP / DETEC 7 13/10/2008  
Altera - CIRCULAR SUSEP 535 28/04/2016  
Revoga - CARTA CIRCULAR SUSEP / DETEC 5 15/10/2004



SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

CIRCULAR SUSEP Nº 621, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021.

Dispõe sobre as regras de funcionamento e os critérios para operação das coberturas dos seguros de danos.

**A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 36, alíneas "b" e "c", do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, considerando o disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e o que consta do Processo Susep nº 15414.608996/2018-49,

**RESOLVE:**

Art. 1º Dispor sobre as regras de funcionamento e os critérios para operação das coberturas dos seguros de danos.

§ 1º As disposições desta Circular também se aplicam, no que couber, aos planos de seguros de danos comercializados por meio de bilhete.

§ 2º As disposições desta Circular se aplicam facultativamente aos contratos de seguros de danos para coberturas de grandes riscos, na forma definida em regulamentação específica, não sendo vedada a aquisição de produtos regidos por esta Circular por contratantes de coberturas de grandes riscos.

**CAPÍTULO I****DISPOSIÇÕES INICIAIS**

Art. 2º Para fins desta Circular, define-se:

I - condições contratuais: conjunto de disposições que regem a contratação de um mesmo plano de seguro;

II - prêmio periódico: valor a ser pago para a garantia do risco, com qualquer periodicidade compatível com as suas características e com a vigência da cobertura, conforme opção especificada na proposta ou no bilhete; e

III - prêmio único: valor a ser pago para a garantia do risco, calculado para a vigência integral da apólice, podendo ser pago à vista ou parcelado.

Art. 3º As peças promocionais e de publicidade deverão ser divulgadas sob supervisão da sociedade seguradora, respeitadas rigorosamente as condições contratuais e a regulamentação de práticas de conduta no que se refere ao relacionamento com o cliente.

Parágrafo único. A sociedade seguradora se responsabiliza pelas informações contidas na publicidade do produto que vier a ser veiculada, assegurando aos segurados todos os direitos e condições ali elencados, bem como pela transparência de todo o processo.

Art. 4º Além das disposições desta Circular, as operações das coberturas de seguros de danos deverão observar a legislação e a regulamentação específica em vigor, aplicáveis a cada matéria.

Parágrafo único. As sociedades seguradoras são responsáveis pelas cláusulas constantes em seus produtos, que devem estar em conformidade com a legislação vigente.

Art. 5º Da proposta de seguro e das condições contratuais do plano deverão constar, observadas as demais exigências previstas na regulamentação vigente, as seguintes informações:

I - a aceitação da proposta de seguro está sujeita à análise do risco;

II - o registro do produto é automático e não representa aprovação ou recomendação por parte da Susep; e

III - o segurado poderá consultar a situação cadastral do corretor de seguros e da sociedade seguradora no sítio eletrônico [www.susep.gov.br](http://www.susep.gov.br).

§ 1º A informação contida no inciso I deste artigo não se aplica a seguros contratados por bilhete.

§ 2º A informação contida no inciso II deste artigo deverá ser inserida, necessariamente, em todo e qualquer material de comercialização e publicidade utilizado.

Art. 6º As sociedades seguradoras são responsáveis direta ou indiretamente pelas informações e serviços prestados por seus intermediários e todos aqueles que comercializarem seus produtos.

Art. 7º As condições contratuais do seguro deverão estar à disposição do proponente previamente à emissão do bilhete ou à assinatura da respectiva proposta, devendo, neste último caso, o proponente, seu representante legal ou corretor de seguros assinar declaração, que poderá constar da própria proposta, de que tomou ciência das referidas condições contratuais.

Art. 8º A sociedade seguradora deverá disponibilizar as condições contratuais por meio físico ou remoto, por ocasião da emissão da apólice, bilhete ou certificado individual do seguro.

Art. 9º As condições contratuais dos planos de seguro, assim como suas eventuais alterações, deverão ser registradas eletronicamente na Susep previamente à sua comercialização.

§ 1º É opcional a estruturação de planos de seguros com condições especiais e/ou particulares.

§ 2º Caberá às sociedades seguradoras incorporar em seus planos as alterações decorrentes de normativos que entrem em vigor após o registro eletrônico do produto na Susep.

Art. 10. Qualquer alteração no contrato de seguro em vigor somente poderá ser realizada com a concordância expressa do segurado ou de seu representante legal.

Art. 11. As condições contratuais deverão ter ordenamento lógico e ser expressas em linguagem clara, objetiva e de fácil entendimento, bem como deverão apresentar, com destaque, as obrigações e/ou restrições de direito do segurado.

Parágrafo único. O nome fantasia dos planos de seguros comercializados, se utilizado, não deverá induzir os segurados em erro quanto à abrangência das coberturas oferecidas.

Art. 12. A nota técnica atuarial do plano de seguro deve conter sua estruturação técnica e manter estreita relação com as condições contratuais.

Parágrafo único. A nota técnica atuarial do plano de seguro será apresentada à Susep quando solicitado ou quando previsto em regulamentação específica.

## CAPÍTULO II



## INFORMAÇÕES PARA AVALIAÇÃO DE RISCO

Art. 13. As sociedades seguradoras que utilizarem critérios baseados em questionário de avaliação de risco no cálculo dos prêmios deverão fornecer, de forma objetiva, todos os esclarecimentos necessários para o seu correto preenchimento, bem como especificar todas as implicações, no caso de informações inverídicas devidamente comprovadas.

## CAPÍTULO III

## ELEMENTOS MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS NAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS DO SEGURO

**Objetivo do Seguro**

Art. 14. A cláusula de objetivo do seguro deverá estabelecer o compromisso assumido pela sociedade seguradora perante o segurado quanto às coberturas oferecidas, especificando com clareza quais são os prejuízos indenizáveis.

**Definições**

Art. 15. As condições contratuais deverão apresentar glossário, em linguagem clara e de fácil entendimento, com a definição dos termos técnicos e estrangeirismos utilizados.

**Forma de contratação**

Art. 16. Deverá ser especificada e definida a forma de contratação de cada cobertura oferecida, podendo ser a risco total, risco absoluto ou risco relativo, observada a regulamentação específica de cada ramo de seguro.

§ 1º Nos seguros contratados a risco total, deverá ser estabelecido que o seguro de um interesse por menos do que valha acarreta a redução proporcional da indenização.

§ 2º Nos seguros contratados a risco relativo, deverá ser informado o critério de rateio dos prejuízos indenizáveis em caso de sinistro, devendo ser especificado se o valor em risco apurado (VRA) será calculado com base no valor de novo ou no valor atual do bem.

**Âmbito geográfico**

Art. 17. Considera-se como âmbito geográfico das coberturas todo o território nacional, salvo disposição em contrário, que deverá constar das condições contratuais.

**Coberturas**

Art. 18. As condições contratuais deverão apresentar as disposições de todas as coberturas incluídas no plano de seguro, com a especificação dos riscos cobertos, dos riscos excluídos e, quando for o caso, dos bens e interesses não compreendidos no seguro.

§ 1º As cláusulas que tratem dos bens e interesses não compreendidos e dos riscos excluídos deverão ser inseridas imediatamente após a descrição dos riscos cobertos.

§ 2º É permitida a estruturação de plano de seguro com cobertura para quaisquer eventos, na forma **all risks** (todos os riscos), com exceção dos riscos expressamente excluídos.

Art. 19. As condições contratuais poderão prever coberturas relativas a diferentes ramos de seguros, observadas as regulamentações específicas de cada ramo e a regulamentação contábil vigente.

Parágrafo único. A sociedade seguradora deverá possuir autorização para operar em todos os ramos relativos às coberturas previstas nas condições contratuais.

Art. 20. Nos planos de seguro que conjuguem mais de uma cobertura, a sociedade seguradora deverá informar, em destaque, se as coberturas poderão ser contratadas isoladamente.

Art. 21. Para as coberturas em que a indenização se dê por meio de prestação de serviços, poderá ser prevista, nas condições contratuais, livre escolha dos prestadores de serviços pelo segurado e/ou indicação de rede referenciada pela sociedade seguradora.

Parágrafo único. Quando prevista cobertura cuja forma de indenização seja prestação de serviços exclusivamente por meio de rede referenciada, sem a previsão de reembolso de despesas, a cláusula referente à cobertura deverá ser redigida de forma clara e em destaque, de modo a evidenciar suas limitações quanto à escolha do prestador.

### **Riscos excluídos**

Art. 22. Cada risco excluído deve referir-se a evento definido e preciso, sendo proibidas generalidades que não permitam a identificação de situações concretas.

Art. 23. É vedado constar no rol de riscos excluídos do seguro eventos decorrentes de atos praticados pelo segurado em estado de insanidade mental, de embriaguez ou sob efeito de substâncias tóxicas.

Parágrafo único. O estado de insanidade mental, a embriaguez e o uso de substâncias tóxicas pelo segurado podem ser consideradas como causas de agravamento de risco suscetível de levar à perda da cobertura, desde que a sociedade seguradora demonstre no caso concreto que tais situações tenham sido determinantes para a ocorrência do sinistro.

### **Aceitação**

Art. 24. Deverá constar das condições contratuais do seguro cláusula de aceitação do risco e o prazo que a sociedade seguradora dispõe para manifestar-se sobre a proposta, nos termos da regulamentação específica, exceto para os seguros contratados por bilhete.

### **Vigência e renovação**

Art. 25. Deverá ser estabelecido o critério de fixação do início e término de vigência das coberturas, nos termos da regulamentação específica.

Art. 26. Deverão ser especificados os procedimentos para renovação do seguro, quando for o caso.

§ 1º A renovação automática do seguro só poderá ser feita uma única vez e pelo mesmo prazo, devendo as renovações posteriores serem feitas, obrigatoriamente, de forma expressa.

§ 2º Caso a sociedade seguradora não tenha interesse em renovar a apólice, deverá comunicar aos segurados e, no caso de apólice coletiva, ao estipulante mediante aviso prévio de, no mínimo, trinta dias que antecedam o final de vigência da apólice, quando aplicável.

§ 3º No caso de não renovação da apólice coletiva, as coberturas do certificado individual permanecerão em vigor pelo período correspondente aos prêmios já pagos.

### **Concorrência de apólices e bilhetes**

Art. 27. Nas condições contratuais do seguro deverá constar cláusula de concorrência de apólices e bilhetes de seguros com especificação dos critérios para determinação da responsabilidade proporcional de cada apólice e/ou bilhete de seguro em caso de sinistro.

Parágrafo único. A cláusula de que trata o **caput** não se aplica a apólices e/ou bilhetes que cubram riscos na forma cumulativa e/ou em excesso.

### **Franquias, participações obrigatórias do segurado e carências**

Art. 28. Quando forem aplicáveis, as franquias, participações obrigatórias do segurado e/ou carências deverão ter seus critérios previstos nas condições contratuais do plano, observada a regulamentação específica de cada ramo de seguro.

§ 1º As sociedades seguradoras poderão prever a aplicação de mais de um tipo de franquia em um mesmo sinistro, especificando nas condições contratuais a sua ordem de aplicação.

§ 2º Fica vedada a aplicação de mais de uma franquia do mesmo tipo para a mesma cobertura, na mesma sociedade seguradora.

§ 3º As informações de que trata este artigo deverão constar, se for o caso, em destaque nas condições contratuais, proposta, apólice, bilhete e certificado individual.

### **Atualização e alteração de valores**

Art. 29. Deverão ser especificados os critérios de atualização e alteração dos valores relativos às operações de seguros, conforme regulamentação específica.

### **Pagamento de prêmios**

Art. 30. As condições contratuais deverão prever as formas e os critérios de custeio do plano de seguro e as possíveis periodicidades de pagamento de prêmios pelos segurados e/ou pelos estipulantes.

Art. 31. Qualquer que seja a forma de pagamento adotada, a sociedade seguradora ficará obrigada a manter registro das datas das operações realizadas e garantir a identificação do segurado e do contrato de seguro correspondente pelo prazo indicado em regulamentação específica.

Art. 32. O prêmio de seguro poderá ser único, periódico ou possuir outra estruturação prevista nas condições contratuais.

§ 1º O prêmio único pode ser fracionado, caso em que não é permitida a cobrança de quaisquer valores adicionais a título de custo administrativo de fracionamento.

§ 2º No caso de apólices ou de bilhetes de seguro que possuam coberturas intermitentes, os prêmios poderão ser pagos em função da sua utilização.

Art. 33. As condições contratuais deverão dispor sobre as consequências da falta de pagamento do prêmio e sobre a comunicação prévia ao segurado, pela sociedade seguradora, antes de eventual cancelamento do seguro.

Art. 34. Quando o prêmio for periódico, caso o pagamento não seja efetuado no prazo estipulado, a sociedade seguradora poderá cancelar o seguro ou, alternativamente, de forma isolada ou combinada:

I - garantir a cobertura dos sinistros ocorridos durante o período de inadimplência, podendo haver a cobrança do prêmio devido ou, quando for o caso, seu abatimento do valor da indenização; ou

II - suspender a cobertura durante o período de inadimplência, sendo vedada a cobrança dos prêmios referentes a este período.

Parágrafo único. Deverão ser especificados nas condições contratuais o prazo de tolerância e/ou de suspensão de que tratam, respectivamente, os incisos I e II deste artigo.

Art. 35. No caso da suspensão prevista no inciso II do art. 34, as condições contratuais poderão prever a reabilitação da apólice, do certificado individual ou do bilhete em função da retomada do pagamento do prêmio, devendo ser estabelecido o critério para determinação do momento exato da reabilitação.

Art. 36. No caso de fracionamento do prêmio único, configurada a falta de pagamento de qualquer uma das parcelas subsequentes à primeira, o prazo de vigência da cobertura será ajustado de forma proporcional ao prêmio efetivamente pago.

§ 1º As condições contratuais poderão estabelecer critério diverso do previsto no **caput** para o caso de falta de pagamento de qualquer uma das parcelas subsequentes à primeira, desde que leve em consideração o prêmio já pago.

§ 2º A sociedade seguradora deverá informar tempestivamente ao segurado ou ao seu representante legal, por meio de comunicação por escrito ou por qualquer meio que se possa comprovar nas formas previstas na regulamentação em vigor, as alterações ocorridas no contrato em função da falta de pagamento, observado o critério previamente definido nas condições contratuais.

Art. 37. No caso de fracionamento de prêmio único, quando o pagamento da indenização acarretar o cancelamento do seguro, as parcelas vincendas do prêmio poderão ser deduzidas do valor da indenização, excluídos os juros do fracionamento.

Parágrafo único. Caso a indenização de que trata o **caput** seja feita mediante a reposição do bem, as parcelas vincendas do prêmio permanecem devidas.

Art. 38. Fica vedado o cancelamento do seguro cujo prêmio tenha sido pago à vista, mediante financiamento obtido junto a instituições financeiras, nos casos em que o segurado deixar de pagar o financiamento.

## Indenização

Art. 39. Deverá constar nas condições contratuais cláusula que estabeleça que correrão obrigatoriamente por conta da sociedade seguradora, até os limites máximos de indenização estabelecidos:

I - as despesas de salvamento comprovadamente efetuadas pelo segurado durante e/ou após a ocorrência de um sinistro; e

II - os valores referentes aos danos patrimoniais comprovadamente causados pelo segurado e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.

Parágrafo único. Poderá ser oferecida cobertura específica exclusivamente para cobrir as despesas de salvamento e os valores referentes aos danos patrimoniais de que trata o inciso II deste artigo.

Art. 40. Deverá ser incluída nas condições contratuais cláusula que disponha sobre os critérios utilizados para a apuração dos prejuízos.

§ 1º Quando o plano de seguro oferecer cobertura para bens, deverá ser informado se a apuração será realizada com base no valor de novo ou no valor atual do bem, sem prejuízo de combinação de critérios em diferentes períodos.

§ 2º Para apuração dos prejuízos com base no valor atual do bem, os critérios de depreciação devem ser especificados quando da contratação do seguro ou de sua renovação.

§ 3º Quando forem utilizados valores de referência para a quantificação da indenização, deverão ser informadas a fonte e a data para sua apuração.

## Comunicação, regulação e liquidação de sinistros

Art. 41. Deverão ser informados os procedimentos para comunicação, regulação e liquidação de sinistros, incluindo a listagem dos documentos básicos previstos a serem apresentados para cada cobertura, facultando-se às sociedades seguradoras, no caso de dúvida fundada e justificável expressamente informada ao segurado, a solicitação de outros documentos.

Art. 42. É vedada a inclusão de cláusula que fixe prazo máximo para a comunicação de sinistro.

Art. 43. Deverá ser estabelecido prazo para a liquidação dos sinistros, limitado a trinta dias, contados a partir da entrega de todos os documentos básicos previstos no art. 41.

§ 1º Deverá ser estabelecido que, no caso de solicitação de documentação complementar, na forma prevista no art. 41, o prazo de que trata o **caput** será suspenso, voltando a correr a partir do dia útil subsequente àquele em que forem atendidas as exigências.

§ 2º Deverá ser estabelecido que o não pagamento da indenização no prazo previsto no **caput** implicará aplicação de juros de mora a partir daquela data, sem prejuízo de sua atualização, nos termos da legislação específica.

Art. 44. A sociedade seguradora poderá exigir atestados ou certidões de autoridades competentes, bem como o resultado ou cópia da certidão de abertura de inquéritos ou processos instaurados em virtude do fato que produziu o sinistro, sem prejuízo do pagamento da indenização no prazo previsto no art. 43.

Art. 45. No caso de reembolso de despesas efetuadas no exterior, deverão ser aceitos para liquidação de sinistro os documentos na língua do país de origem do gasto.

Art. 46. Caso o processo de regulação de sinistros conclua que a indenização não é devida, o segurado deverá ser comunicado formalmente, com a justificativa para o não pagamento, dentro do prazo previsto no art. 43.

Art. 47. As condições contratuais poderão admitir, para fins de indenização, preferencialmente, as hipóteses de pagamento em dinheiro, reposição ou reparo do bem ou prestação de serviços, sem prejuízo de outras formas pactuadas mediante acordo entre as partes.

§ 1º Na impossibilidade de reposição do bem segurado à época da liquidação, dentro do prazo previsto no art. 43, a indenização deverá ser paga em dinheiro ou conforme pactuado entre as partes.

§ 2º Em caso de reparo do bem, a regulação do sinistro deverá ser concluída no prazo previsto no art. 43 e o prazo para liquidação do sinistro poderá ser estendido, de acordo com o previsto nas condições contratuais.

§ 3º Caso seja verificada a impossibilidade de reparo do bem, mesmo após a extensão do prazo para liquidação do sinistro prevista no §2º deste artigo, a indenização deverá ser paga em dinheiro ou conforme pactuado entre as partes.

## Reintegração

Art. 48. Deverá ser incluída cláusula que especifique se o limite máximo de garantia poderá ser reintegrado quando da ocorrência do sinistro.

Parágrafo único. A reintegração poderá ser facultativa, mediante eventual cobrança de prêmio adicional, calculado a partir da data da ocorrência do sinistro até o término de vigência do contrato, ou automática, observada a regulamentação específica de cada ramo de seguro.

## Perda de direitos

Art. 49. Deverá constar das condições contratuais cláusula específica prevendo que o segurado perderá o direito à indenização se agravar intencionalmente o risco.

Art. 50. Deverá constar das condições contratuais que, se o segurado, por si ou por seu representante, fizer declarações inexatas ou omitir circunstâncias que possam influir na aceitação da proposta ou no valor do prêmio, perderá o direito à indenização, além de estar o segurado obrigado ao pagamento do prêmio vencido.

Parágrafo único. Se a inexatidão ou a omissão nas declarações não resultar de má-fé do segurado, a sociedade seguradora deverá:

I - na hipótese de não ocorrência de sinistro:

a) cancelar o seguro, podendo reter do prêmio originalmente pactuado a parcela proporcional ao tempo decorrido; ou

b) mediante acordo entre as partes, permitir a continuidade do seguro, podendo cobrar a diferença de prêmio cabível e/ou restringir termos e condições da cobertura contratada.

II - na hipótese de ocorrência de sinistro sem indenização integral:

a) após o pagamento da indenização, cancelar o seguro, podendo reter do prêmio originalmente pactuado a parcela calculada proporcionalmente ao tempo decorrido, acrescido da diferença cabível; ou

b) permitir a continuidade do seguro, podendo cobrar a diferença de prêmio cabível ou deduzi-la do valor a ser indenizado, e/ou restringir termos e condições da cobertura contratada.

III - na hipótese de ocorrência de sinistro com indenização integral: após o pagamento da indenização, cancelar o seguro, podendo deduzir do valor a ser indenizado a diferença de prêmio cabível.

Art. 51. Deverá constar das condições contratuais que o segurado está obrigado a comunicar à sociedade seguradora, logo que saiba, qualquer fato suscetível de agravar consideravelmente o risco coberto, sob pena de perder o direito à indenização se ficar comprovado, pela sociedade seguradora, que silenciou de má-fé.

§ 1º A sociedade seguradora, desde que o faça nos quinze dias seguintes ao recebimento do aviso de agravação do risco pelo segurado, poderá, mediante comunicação formal:

I - cancelar o seguro;

II - restringir a cobertura contratada, mediante acordo entre as partes; ou

III - cobrar a diferença de prêmio cabível, mediante acordo entre as partes.

§ 2º O cancelamento do seguro só será eficaz trinta dias após a notificação ao segurado, devendo ser restituída a diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

§ 3º Na hipótese de continuidade do seguro, a sociedade seguradora poderá cobrar a diferença de prêmio cabível.

Art. 52. Deverá constar das condições contratuais que o segurado, sob pena de perder o direito à indenização, comunicará o sinistro à sociedade seguradora tão logo tome conhecimento e adotará as providências imediatas para minorar suas consequências.

### Informações adicionais

Art. 53. Deverão ser estabelecidos critérios objetivos para o cancelamento, a cessação, a suspensão e a reabilitação de coberturas, quando for o caso.

Art. 54. Deverá ser incluída cláusula de rescisão contratual, observadas as normas específicas de cada ramo de seguro.

§ 1º No caso de rescisão do contrato, a qualquer tempo, por iniciativa de quaisquer das partes contratantes e com a concordância recíproca, a sociedade seguradora poderá reter do prêmio recebido a parte proporcional ao tempo decorrido.

§ 2º Para os casos em que o critério previsto no §1º deste artigo não for aplicável devido à característica do risco coberto, a cláusula de rescisão contratual deverá descrever o critério para a definição do valor

do prêmio que será retido pela sociedade seguradora, o qual deverá ser compatível com o risco efetivamente coberto pelo seguro até a data da rescisão contratual.

§ 3º As condições contratuais poderão estabelecer critério diverso do previsto nos §1º e §2º deste artigo em caso de rescisão por iniciativa do segurado, desde que leve em consideração o prêmio já pago.

Art. 55. Deverá ser estabelecido que as questões judiciais entre o segurado e a sociedade seguradora serão processadas no foro do domicílio do segurado ou beneficiário, conforme o caso.

Art. 56. Deverá ser incluída cláusula que estabeleça o beneficiário do seguro, quando couber.

Art. 57. Deverá ser incluída cláusula de sub-rogação, quando couber.

Art. 58. Em caso de inclusão de cláusula dispondo sobre violação de leis ou normas de embargos ou sanções econômicas ou comerciais, deverá ser observado que as situações de perda de direitos, riscos excluídos ou suspensão do pagamento da indenização, quaisquer que sejam, inclusive quando decorrentes de embargos e sanções aplicados por organismos internacionais, devem estar descritas de forma clara e objetiva, em destaque, não podendo conter referências genéricas.

## CAPÍTULO IV

### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 59. O registro eletrônico de produtos de que trata o art. 9º poderá ser substituído por outro mecanismo que permita o acesso da Susep aos produtos comercializados, conforme regulamentação específica.

Art. 60. Os planos de seguros de danos registrados na Susep antes do início de vigência desta Circular, e que não estejam em conformidade com suas disposições, deverão ser adaptados à presente norma em até cento e oitenta dias após sua entrada em vigor, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

Art. 61. Os planos de seguro registrados na Susep a partir do início de vigência desta Circular deverão obedecer aos critérios nela definidos.

Art. 62. A Susep poderá, no exercício de suas competências legais, analisar e supervisionar os documentos relacionados aos contratos de seguros de danos, podendo inclusive determinar, se necessário e de forma fundamentada, alterações e suspensão dos planos de seguro.

Art. 63. Ficam revogadas:

I - a Circular Susep nº 168, de 31 de outubro de 2001;

II - a Circular Susep nº 239, de 22 de dezembro de 2003;

III - a Circular Susep nº 256, de 16 de junho de 2004;

IV - a Circular Susep nº 265, de 16 de agosto de 2004;

V - a Circular Susep nº 270, de 13 de outubro de 2004;

VI - a Circular Susep nº 278, de 6 de dezembro de 2004;

VII - a Circular Susep nº 369, de 1º de julho de 2008;

VIII - a Circular Susep nº 458, de 19 de dezembro de 2012;

IX - a Carta Circular Susep/DETEC - 5, de 15 de outubro de 2004;

X - a Carta Circular SUSEP/DETEC/GAB/nº 05/2008, de 23 de maio de 2008;

XI - Carta Circular SUSEP/ DETEC/ GAB/ Nº 07, de 13 de outubro de 2008; e

XII - os art. 7º ao art. 14 da Circular Susep nº 535, de 28 de abril de 2016.

Art. 64. Esta Circular entra em vigor em 1º de março de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **SOLANGE PAIVA VIEIRA (MATRÍCULA 1296472)**, **Superintendente da Susep**, em 17/02/2021, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. artigos 369, 405 e 425 da lei nº 13.105/2015 c/c Decreto nº 8.539/2015 e Instruções Susep 78 e 79 de 04/04/2016 .



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.susep.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&acao\\_origem=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.susep.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0937334** e o código CRC **FA80E6ED**.

Referência: Processo nº 15414.608996/2018-49

SEI nº 0937334



**Anexo III - Circular SUSEP nº 639, de 09 de fevereiro de  
2021.pdf**

## CIRCULAR SUSEP n.º 639 de 09/08/2021

(Legislação, Cód. 50.045)

**Número:**

639

**Data de Publicação:**

13/08/2021

**Andamento:**

Revoga - CIRCULAR SUSEP 269 30/09/2004

Revoga - CIRCULAR SUSEP 389 23/09/2009

Revoga - CIRCULAR SUSEP 557 18/07/2017

Revoga - CARTA CIRCULAR SUSEP / GABIN 2 29/04/2004

Revoga - CARTA CIRCULAR SUSEP 1 22/08/2019

Altera - CIRCULAR SUSEP 535 28/04/2016



SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

CIRCULAR SUSEP Nº 639, DE 09 DE AGOSTO DE 2021.

Dispõe sobre as regras e os critérios  
para operação de seguros do grupo  
automóvel.

**A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP**, no uso das atribuições que lhe conferem as alíneas "b" e "c" do art. 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, considerando o disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e o que consta do Processo SUSEP nº 15414.618838/2020-11,

**R E S O L V E :**

## CAPÍTULO I

### DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Dispor sobre as regras e os critérios para operação de seguros do grupo automóvel.

Parágrafo único. Esta Circular não se aplica ao seguro de responsabilidade civil do proprietário e/ou condutor de veículos terrestres da categoria de automóvel de passeio, particular ou de aluguel, matriculados e/ou registrados no Brasil, que ingressarem, em viagem internacional, em países membros do Mercosul (seguro Carta Verde); ao seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (seguro DPVAT); e ao seguro garantia estendida - auto, que possuem regulamentação específica.

Art. 2º Além das disposições desta Circular, as operações relativas aos seguros do grupo automóvel deverão observar a legislação e regulamentação em vigor, em especial aquelas aplicáveis aos seguros de danos, quando não conflitarem com a presente norma.

Parágrafo único. Deverão ser observados, quando for o caso, os dispositivos da regulamentação específica de coberturas que sejam típicas de outros grupos de ramos.

## CAPÍTULO II

### DISPOSIÇÕES GERAIS

#### **Estruturação de coberturas**

Art. 3º As coberturas de casco no seguro de automóvel podem abranger, de forma isolada ou combinada, diferentes riscos a que esteja sujeito o veículo segurado.

Art. 4º As coberturas de casco poderão ser oferecidas nas modalidades de valor de mercado referenciado, de valor determinado e/ou com outro critério objetivo e transparente para determinação do limite máximo de indenização (LMI) na data da ocorrência do sinistro.

§ 1º A modalidade valor de mercado referenciado garante ao segurado, no caso de indenização integral, o pagamento de quantia variável, em moeda corrente nacional, determinada de acordo com tabela de referência expressamente indicada na proposta do seguro, conjugada com fator de ajuste, em percentual acordado entre as partes e estabelecido na proposta, a ser aplicado sobre o valor de cotação do veículo na

data da ocorrência do sinistro.

§ 2º A modalidade valor determinado garante ao segurado, no caso de indenização integral, o pagamento de quantia fixa, em moeda corrente nacional, estipulada pelas partes no ato da contratação do seguro.

§ 3º As coberturas de casco poderão ser estruturadas de forma parcial, com assunção apenas de parte do risco pela sociedade seguradora, conforme critérios estabelecidos nas condições contratuais.

Art. 5º Em caso de utilização de tabela de referência para determinação do LMI na data da ocorrência do sinistro, esta deverá ser estabelecida entre as tabelas divulgadas em revistas especializadas, jornais de grande circulação ou por meio eletrônico, elaboradas por instituição independente de notória competência, por meio das quais são apresentados os preços médios de venda de veículos do mercado nacional, por modelo e ano.

Parágrafo único. As condições contratuais deverão conter cláusula com descrição específica da tabela substituta, estabelecida na proposta do seguro, que atenda aos requisitos previstos no **caput**, e que será aplicada em caso de extinção ou interrupção da publicação da tabela adotada por ocasião da contratação do seguro.

Art. 6º Nos casos em que o seguro for contratado sem a identificação exata do veículo segurado, as condições contratuais deverão estabelecer claramente os critérios aplicáveis para sua identificação, bem como a forma de determinação do LMI.

Art. 7º A cobertura de acidentes pessoais de passageiros (APP) poderá ser estabelecida para eventos causados por veículo segurado indicado na apólice ou por qualquer veículo automotor de via terrestre conduzido pelo segurado ou pelo(s) condutor(es) indicado(s) na apólice de seguro, independentemente de quem seja seu proprietário, devendo o critério adotado estar claramente estipulado nas condições contratuais.

Art. 8º As coberturas do ramo “assistência e outras coberturas - auto” são coberturas securitárias, relacionadas ao veículo segurado, que não sejam típicas de outros ramos de seguro do grupo automóvel e que prevejam, para fins de indenização, pagamento de valor contratado, reembolso de despesas incorridas e/ou prestação de serviços, conforme estipulado nas condições contratuais.

Parágrafo único. A cobertura de assistência poderá ser estabelecida para eventos causados por veículo segurado indicado na apólice ou por qualquer veículo automotor de via terrestre conduzido pelo segurado ou pelo(s) condutor(es) indicado(s) na apólice de seguro, independentemente de quem seja seu proprietário, devendo o critério adotado estar claramente estipulado nas condições contratuais.

## **Franquias**

Art. 9º Quando determinada cobertura envolver vários itens independentes integrantes do veículo segurado, tais como retrovisores, vidros, faróis, entre outros, a aplicação de franquia pode se dar de forma única ou por item, conforme definido nas condições contratuais e observado critério de tarifação adotado.

## **Indenização integral**

Art. 10. As condições contratuais deverão estabelecer os critérios para caracterização de indenização integral.

Parágrafo único. Quando da liquidação de sinistro, é vedada a dedução de valores referentes às avarias previamente constatadas nos casos de indenização integral.

Art. 11. As condições contratuais deverão estabelecer o tratamento a ser adotado para seguros contratados para veículo zero quilômetro em caso de ocorrência de sinistro com direito a indenização integral, inclusive, se for o caso, o período em que haja critério diferenciado para determinação do valor a ser indenizado.

## **Reparação dos veículos**

Art. 12. Para a reparação de veículos sinistrados, deverá ser prevista contratualmente, de forma isolada ou combinada:

I - livre escolha de oficinas pelos segurados; ou

II - escolha de oficinas integrantes de rede referenciada.

§ 1º Na hipótese de comercialização do seguro na forma do inciso II do **caput**, o segurado deverá ser informado, de forma clara e em destaque, na proposta de seguro e nas condições contratuais, sobre eventual perda de garantia decorrente de reparação fora da rede autorizada da montadora do veículo.

§ 2º As sociedades seguradoras deverão manter em seu sítio eletrônico a lista atualizada das oficinas de sua rede referenciada por plano de seguro.

§ 3º Em caso de alteração significativa na rede referenciada, inclusive com impacto na abrangência geográfica, a sociedade seguradora deverá dar ciência aos segurados que possuam seguro com previsão de reparo de veículo exclusivamente na forma do inciso II do **caput** e, em caso de sinistro, garantir o mesmo padrão de atendimento, podendo indicar prestador de serviço que não faça parte de sua rede, sem ônus adicional.

Art. 13. Para fins de reparação do veículo em caso de sinistro, é admitido o uso de peças novas, originais ou não, nacionais ou importadas, desde que mantenham as especificações técnicas do fabricante.

§ 1º Adicionalmente ao disposto no **caput**, é admitida a utilização de peças usadas, observadas as disposições da legislação específica que regula e disciplina a atividade de desmontagem de veículos automotores terrestres, bem como as exigências técnicas necessárias para sua reutilização, nos termos da regulamentação do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).

§ 2º As condições contratuais deverão esclarecer em quais componentes poderão ser utilizados os diferentes tipos de peças, conforme as opções de que trata este artigo.

§ 3º A sociedade seguradora deverá garantir ao segurado acesso ao orçamento de reparos, o qual deverá conter a relação de todas as peças que serão utilizadas na recuperação do veículo sinistrado, usadas ou novas, originais ou não, devidamente identificadas por tipo.

§ 4º No caso de utilização de peças usadas deverão constar da relação de que trata o §3º deste artigo informações sobre a procedência, condições e garantia das peças.

## Informações adicionais

Art. 14. As condições contratuais deverão estabelecer, além de outros dispositivos previstos em regulamentação específica:

I - a forma como será efetuado o pagamento da indenização integral de veículos alienados fiduciariamente;

II - se, no caso de cancelamento do contrato de seguro em decorrência de sinistro, haverá restituição de parte do prêmio relativo às demais coberturas contratadas e não utilizadas, observado o critério de tarificação adotado;

III - cláusula dispondo que os veículos salvados passam a ser de inteira responsabilidade da sociedade seguradora, uma vez efetuado o pagamento da indenização integral;

IV - cláusula dispondo que, em caso de contratação de cobertura parcial, nos termos do §3º do art. 4º, o veículo salvo é do segurado, sem prejuízo de acordo diverso entre as partes; e

V - cláusula de vistoria prévia, se for o caso.

## Proposta e apólice

Art. 15. Além das informações previstas em regulamentação específica, a proposta, a apólice, o bilhete e, quando for o caso, o certificado do seguro de automóvel deverão conter, ainda, as seguintes informações:

I - identificação do veículo segurado ou, quando for o caso, critério aplicável para sua identificação;

II - valor atribuído ao veículo segurado, para os casos em que o LMI for estabelecido em valor fixo;

III - critério para determinação do LMI na data de ocorrência do sinistro,

incluindo fator de ajuste, se aplicável, para os casos em que o LMI não for estabelecido em valor fixo;

IV - critério para apuração do valor a ser indenizado para veículo zero quilômetro, quando aplicável;

V - critério para definição do valor de indenização em caso de contratação de cobertura parcial, nos termos do §3º do art. 4º, incluindo indicação de percentual, se for o caso;

VI - classe de bônus e/ou outras formas de recompensa, quando houver;

VII - indicação da possibilidade de livre escolha de oficinas pelo segurado e/ou utilização de oficinas integrantes de rede referenciada pela sociedade seguradora;

VIII - respostas ao questionário de avaliação de risco, quando houver; e

IX - informação clara quanto ao tipo de peça a ser utilizada, em caso de reparação decorrente de sinistro parcial.

Parágrafo único. Quando contratada a cobertura de APP, deverá ser indicado, nos documentos de que trata o **caput**, o LMI por passageiro.

### CAPÍTULO III

#### COBERTURA DE RESPONSABILIDADE CIVIL FACULTATIVA

Art. 16. A cobertura de responsabilidade civil facultativa garante o interesse do segurado, quando este for responsabilizado por danos causados a terceiros e obrigado a indenizá-los, a título de reparação, por decisão judicial ou decisão em juízo arbitral, ou por acordo com os terceiros prejudicados, mediante a anuência da sociedade seguradora, desde que atendidas as disposições do contrato, em decorrência de sinistro causado:

I - por veículo segurado indicado na apólice, para a modalidade de responsabilidade civil facultativa veículos (RCFV); ou

II - por qualquer veículo conduzido pelo segurado ou pelo(s) condutor(es) indicado(s) na apólice de seguro, independentemente de quem seja seu proprietário, para a modalidade de responsabilidade civil facultativa para condutores de veículos automotores (RCFC).

Parágrafo único. Em caso de sinistro amparado por coberturas de RCFV e RCFC, a cobertura de RCFC deverá ser acionada a primeiro risco da cobertura de RCFV, exceto no caso de coberturas contratadas pelo mesmo segurado, quando a cobertura de RCFV deve ser acionada a primeiro risco.

### CAPÍTULO IV

#### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. Os planos de seguros registrados na Susep antes do início de vigência desta Circular, e que não estejam em conformidade com suas disposições, deverão ser adaptados à presente norma em até cento e oitenta dias após sua entrada em vigor, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

Art. 18. A Circular Susep nº 535, de 28 de abril de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 17. Os planos de seguros registrados na Susep antes do início de vigência desta Circular, e que não estejam em conformidade com suas disposições, deverão ser adaptados à presente norma em até cento e oitenta dias após sua entrada em vigor, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.” 17.

.....  
§ 3º Os registros dos endossos e dos avisos de sinistros do ramo 26 (Auto Popular), em **runoff**, poderão ser mantidos até se extinguirem.” (NR)

Art. 19. O Anexo I da Circular Susep nº 535, de 28 de abril de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I - alteração da nomenclatura do ramo 53 no Grupo 05 (Automóvel) de “Responsabilidade Civil Facultativa Veículos - RCFV” para “Responsabilidade Civil Facultativa - Auto”; e

II - exclusão do ramo 26 (Auto Popular) no Grupo 05 (Automóvel).

Art. 20. Ficam revogadas:

I - a Circular Susep nº 269, de 30 de setembro de 2004;

II - a Circular Susep nº 389, de 23 de setembro de 2009;

III - a Circular Susep nº 557, de 18 de julho de 2017;

IV - a Carta Circular Susep/DEFIS/GAB/nº 02, de 9 de junho de 2004; e

V - a Carta-Circular Susep nº 1, de 22 de agosto de 2019.

Art. 21. Esta Circular entra em vigor em 1º de setembro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **SOLANGE PAIVA VIEIRA (MATRÍCULA 1296472)**, **Superintendente da Susep**, em 10/08/2021, às 23:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. artigos 369, 405 e 425 da lei nº 13.105/2015 c/c Decreto nº 8.539/2015 e Instruções Susep 78 e 79 de 04/04/2016 .



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.susep.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&acao\\_origem=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.susep.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1104763** e o código CRC **82E443A3**.

**Referência:** Processo nº 15414.618838/2020-11

SEI nº 1104763